

MATHEUS FELIPE DE CASTRO

# Série

**Direitos Fundamentais Cívicos**

*Ditos e Escritos em Direitos Fundamentais:  
Liberdades Cívicas e Novas Formas de Resistência*



MATHEUS FELIPE DE CASTRO

ISBN 978-85-8422-046-5

# Série

**Direitos Fundamentais Civis**

*Ditos e Escritos em Direitos Fundamentais:  
Liberdades Civis e Novas Formas de Resistência*

**Editora Unoesc**

Coordenação  
Débora Diersmann Silva Pereira - Editora Executiva

Revisão metodológica: Talita Varella da Silva  
Projeto Gráfico: Simone Dal Moro  
Capa: Daniely A. Terao Guedes

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C355d Castro, Matheus Felipe de.  
Ditos e escritos em direitos fundamentais: liberdades civis e novas formas de resistência / Matheus Felipe de Castro. - Joaçaba: Editora Unoesc, 2015. - (Série Direitos Fundamentais Civis)  
66 p. ; il. ; 30 cm.  
  
ISBN 978-85-8422-046-5  
  
1. Direitos fundamentais. 2. Liberdade. I. Título. II. Série  
  
Doris 341.27

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

Reitor  
Aristides Cimadon

Vice-reitores de *Campi*  
*Campus* de Chapecó  
Ricardo Antonio De Marco  
*Campus* de São Miguel do Oeste  
Vitor Carlos D'Agostini  
*Campus* de Videira  
Antonio Carlos de Souza  
*Campus* de Xanxerê  
Genesio Têo

Pró-reitor de Graduação  
Ricardo Marcelo de Menezes

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão  
Fábio Lazzarotti

Diretor Executivo da Reitoria  
Alciomar Marin

**Conselho Editorial**

Fabio Lazzarotti  
Débora Diersmann Silva Pereira  
Andréa Jaqueline Prates Ribeiro  
Glauber Wagner  
Eliane Saete Filipim  
Carlos Luiz Strapazzon  
Marilda Pasqual Schneider  
Claudio Luiz Orço  
Maria Rita Nogueira  
Daniele Cristine Beuron

**Comissão Científica**

Riva Sobrado de Freitas (Unoesc, Brasil)  
Guido Smorto (Palermo, Italia)  
Simone Pajno (Palermo, Italia)  
Miguel Ángel Aparicio Pérez (Barcelona, UAB)  
Rosalice Fidalgo Pinheiro (Unibrasil, Brasil)  
Daury Cezar Fabriz (FDV, Brasil)  
Ingo Wolfgang Sarlet (PUC-RS)  
Pedro Grandez (PUC-Lima, Peru)

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	5
POR QUE O JUDICIÁRIO ESTÁ NA BERLINDA? ENTREVISTA AO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM TRABALHO PÚBLICO E SINDICALISMO DO SINJUSC - SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA.....	7
CRIMINALIDADE E PERPLEXIDADE .....	9
OS MISERÁVEIS: PAIXÃO E REVOLUÇÃO .....	10
O CONCEITO POLÊMICO DE TERRORISMO .....	11
BRIZOLA <i>VERSUS</i> HOBBS, OU DO MEDO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....	14
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DE MERCADO.....	17
NA CONTRAMÃO DO FIM DA HISTÓRIA: POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E A RENASCENÇA DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL.....	20
O JÚLIO CÉSAR DE SHAKESPEARE E O PODER .....	25
POLÍTICA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	26
O EQUILÍBRIO INSTÁVEL DO PODER E O DISCURSO DO INIMIGO .....	27
UMA BLITZKRIEG ALEMÃ NO BRASIL.....	28
SISTEMAS ELEITORAIS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA .....	30
HOMENAGEM A CAZUZA .....	31
O SOCIAL-CAPITALISMO CHINÊS .....	33
DESENVOLVIMENTO E DIREITOS FUNDAMENTAIS: RETOMANDO AGENDAS POSITIVAS .	34
A CONJUNTURA INTERNACIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: UMA ONDA PROGRESSISTA NOS EUA? .....	35
O GOLPE DE ABRIL, A DEMOCRACIA, A SOBERANIA E O DESENVOLVIMENTO.....	38
TERROR .....	40
GEOPOLÍTICAS .....	41
A CAMUS .....	42
A HISTÓRIA.....	44
A LINGUAGEM .....	45
PATRIOTISMO .....	46
RIMA .....	47
ESQUADRINHAMENTOS .....	48
AK-47 .....	49

CARTESIANAS.....	50
CONSUMO .....	51
COTIDIANO.....	52
PESADELO.....	53
ESTRUTURALISMOS.....	54
IDEOLOMIÍDIAS.....	55
LE PENSÉE SAUVAGE .....	56
MULHER .....	57
NOITE .....	59
O ABSOLUTO.....	60
LIBERDADE.....	62
O SER E O NADA .....	64
SOBRE UM TRECHO DE MARX.....	65
SUBJETIVAS.....	66

## APRESENTAÇÃO

O presente livro reúne opiniões em prosa e poesia do autor em torno da temática dos direitos fundamentais, com especial ênfase às dimensões da liberdade pensada no mundo moderno entre o Estado, o Direito e o Mercado.

Configuram reflexões que foram construídas principalmente a partir da experiência do autor como professor de Direitos Fundamentais no Mestrado em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), na cidade de Chapecó.

Os projetos de pesquisa “Direitos Fundamentais e Relações Privadas” e “Liberdades Cívicas e Novas Formas de Resistência: a expansão das lutas das majorias marginalizadas na pós-modernidade” foram ao mesmo tempo resultado dessas reflexões ou ponto de partida delas.

A proposta deste livro é exatamente a fuga dos textos teóricos e o apego à realidade em ato. Como se verá, todos os textos aqui reunidos, inclusive em poesia, dizem respeito a fatos concretos da vida, da política, do direito e da economia no calor dos acontecimentos e foram escolhidos porque são textos que interpretam a vida.

Estudar direitos fundamentais é mais que se debruçar sobre a dogmática das teorias cinzentas e construir conhecimentos técnicos. É olhar para o mundo verde da vida e interpretá-lo conforme outra visão, comprometida com a paz, a democracia e a liberdade, possibilitando ao aluno o pensamento e a ação.

O ensino-aprendizado dos direitos fundamentais, com isso, pretende realizar o desdobramento de informação-conhecimento-pensamento-ação, onde ao primeiro cabe a apresentação dos fatos, ao segundo a fixação de conteúdos técnicos, ao terceiro a capacidade de construções ideativas próprias e ao último a transformação da realidade conforme aquelas convicções.

Afinal, não seria exatamente essa a nossa finalidade enquanto professores da área? Possibilitar aos alunos filtrar a realidade concreta ao seu redor por meio das poderosas lentes da liberdade, da fraternidade e da igualdade possibilitando-lhes pensar o cotidiano e transformá-lo?

Desejo a todos e todas uma boa leitura!



## **POR QUE O JUDICIÁRIO ESTÁ NA BERLINDA? ENTREVISTA AO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM TRABALHO PÚBLICO E SINDICALISMO DO SINJUSC - SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA**

1 - A sociedade brasileira precisa debater o Poder Judiciário? Por quê?

R: A sociedade brasileira precisa debater o Poder Judiciário porque ele é uma das instâncias privilegiadas da definição das diretrizes políticas nacionais. Ninguém mais acredita ou sustenta que o Poder Judiciário seja uma instância meramente técnica ou neutra no Aparelho de Estado ou num Governo. Ao contrário, o Judiciário exerce uma parcela privilegiada do Poder de Estado, tendo a faculdade, inclusive, de se sobrepor, em tempos de democracia, às decisões do Poder Executivo e também do Legislativo. Estamos vivendo tempos de grandes transformações comportamentais na sociedade. E o Poder Judiciário tem se manifestado ativamente sobre estas questões. Racismo, livre orientação sexual, relações de gênero, família e relacionamento com os filhos, formas eleitorais, relações partidárias e parlamentares, posse e propriedade, ou seja, nada, absolutamente nada passa hoje ileso ao crivo do Poder Judiciário, redefinindo as próprias formas de convivência numa sociedade historicamente dada.

2 - Há, nos meios de comunicação de massa, sinalizações críticas do Poder Judiciário. A sociedade brasileira deve entender que já ocorre, através da mídia, um desvelamento e uma mudança no Poder Judiciário?

R: A mídia vem pautando um sentimento hoje generalizado de que o Poder Judiciário precisa mudar, precisa se abrir à democracia. Ele é o Poder de Estado menos transparente, porque, dentre outros fatores, os métodos de escolha de seus membros não se operam pelas mesmas formas que dos demais. Isso gera, em seu seio, uma visão elitista de mundo, que coloca os seus membros como uma espécie de casta de notáveis, enquanto os outros poderes seriam compostos em sua maioria por “ignorantes”, “analfabetos” e “corruptos”, o que é apenas uma parcela da verdade, mas não toda ela. Ora, o Poder Judiciário também tem suas mazelas: a corrupção não é monopólio do Legislativo e do Executivo, também perpassando o Judiciário, sendo, a bem da verdade, um fenômeno presente em toda a sociedade civil, refletindo concentradamente nos órgãos de poder. O isolamento dos seus membros e os seus altos salários geram certa ignorância para com os problemas reais do povo real, que acessa o Judiciário preferencialmente pela porta de entrada das Varas Criminais. A decisão em casos concretos isolados gera uma ilusória sensação de justiça, quando os problemas sociais subjacentes são mantidos ou até mesmo potencializados. Dessa forma, já se iniciou, na sociedade civil, uma transformação de consciência, exigindo a democratização do Judiciário, embora ainda haja resistências profundas dentre os seus membros em geral à mudança.

3 - Como os trabalhadores, os desempregados, as mulheres, os jovens, enfim, aqueles que não estão em qualquer poder, podem participar para um Poder Judiciário que atenda a sociedade?

R: O povo real, os trabalhadores, as mulheres, os negros, os jovens os excluídos, as “minorias” (que na verdade são as maiorias sociais) só aparecem no poder retoricamente na Constituição brasileira que afirma que “todo poder emana do povo e em seu nome é exercido”. Mas na realidade, ninguém vem se sentindo representado, quanto mais vem se sentindo proprietário do poder. Ao contrário, vivemos uma profunda crise de representatividade de todos os Poderes da República, e a crise do Judiciário parece ser apenas uma faceta dessa crise mais geral. Na verdade, a própria tripartição do poder estatal e a estrutura clássica do Estado moderno estão esgotadas para dar conta das necessidades do povo, indiciando que os Estados reais estão mais preocupados em defender os interesses de pequenas minorias elitistas (econômicas, financeiras e políticas) do que em superar antigas e cristalizadas vulnerabilidades e disparidades que abalam a convivência social. Mas a democracia e a participação efetiva do povo no poder não são algo pronto e acabado. Ao contrário, são processos em construção constante e que ainda demandarão longas lutas com a finalidade de transformar as relações de poder social. E a democratização do Judiciário passará pelo mesmo processo geral.

#### 4 - Afinal de contas, qual o Poder Judiciário que queremos?

R: Gostaríamos de ter um Poder Judiciário que fosse elemento ativo da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, economicamente desenvolvida e politicamente democrática. Mas para que isso possa ocorrer, o Judiciário precisa participar da vida do povo real. As profundas disparidades internas (pobreza, miséria, adoecimento, fome, etc.) e as crônicas vulnerabilidades externas (subdesenvolvimento econômico, político, militar, diplomático, etc.) não poderão ser superadas sem que todos os Poderes do Estado, inclusive o Judiciário, se apropriem e defendam a realização da ideologia constitucionalmente adotada, que é a da construção de um Estado de bem-estar social extremamente avançado. A união dos poderes de Estado, comandados de verdade pela vontade popular, é fundamental para que possamos construir a nação melhor que a Constituição projetou para o futuro. Enquanto o Judiciário continuar aferrado ao formalismo processual, à visão estrita de defesa da propriedade privada não-funcional, e a solução dos problemas sociais através do direito penal e do aparelho repressivo de Estado (criminalização da vida + prisão da sociedade), continuaremos presos à visão clássica do Estado (e do Judiciário) como meros fiadores da lógica do capital, o que queremos superar.

Florianópolis, 04 de abril de 2012.

## CRIMINALIDADE E PERPLEXIDADE

Os novos ataques aos meios de transporte de Florianópolis e no interior do Estado renovam a pergunta em torno das causas profundas dessa situação que deixa a população em estado de pânico. Embora os juristas não sejam as pessoas mais capacitadas para falar, cientificamente, sobre essas causas -somos especialistas em leis e não cientistas sociais - ousou arriscar algumas sugestões sobre a temática.

Nossa sociedade está impregnada pelo discurso punitivista do Direito Penal, que significa a opinião, sincera, embora errada, de que problemas sociais como a violência podem ser resolvidos através da imposição de penas estatais. Essa opinião não é nova, sendo muito frequente nas sociedades cujo sistema social foi influenciado pela Inquisição católica, que acreditava expiar pecados através do sofrimento imposto ao corpo.

Essa opinião cerra os olhos aos dados empíricos sobre os resultados reais das prisões, que não cumprem qualquer função ressocializadora - função que só existe no nível discursivo. As prisões são sementeiras de delitos, verdadeiras panelas de pressão social, onde se rebaixam os níveis de humanidade de homens e mulheres, devolvendo-os depois para a sociedade em condições negativas, o que só pode ocasionar aumento dos índices de violência e criminalidade. Trata-se do teorema: quanto mais punição, mais violência.

Ou seja, não é preciso muito discernimento para compreender que a atuação do Estado na contenção da “criminalidade” por intermédio não de políticas sociais e econômicas adequadas (constitucionalmente previstas), mas por meio do aparelho repressivo do Estado, da violação dos direitos humanos individuais e coletivos (como torturas praticadas reiteradamente dentro das prisões, ou o sucateamento do sistema de saúde e educação), podem ser a causa mais profunda de um movimento de reação, que acaba por prejudicar toda a sociedade civil, refém, mas também responsável, por esse sistema de violência social.

Trata-se, isso sim, da disjuntiva entre um Estado de bem-estar social, que combate a violência com educação, saúde, lazer, emprego, desenvolvimento e um Estado gendarme, que combate o problema com a polícia, panegírico das opções políticas de tipo neoliberal. Traduzindo: o Governo do Estado de Santa Catarina conhece as causas que têm levado a esses ataques, mas não pode admiti-las perante a população catarinense. E então, nós, membros da sociedade, ficamos assim: em estado de completa perplexidade, ainda mais diante das declarações desencontradas das autoridades competentes. Pergunta-se: qual a política de segurança pública do Governo atual? Preventiva ou repressiva? Nesse assunto o atual governo parece estar à deriva.

23/02/2013

## OS MISERÁVEIS: PAIXÃO E REVOLUÇÃO

Ontem tive o prazer de assistir ao excelente filme “Os Miseráveis”, adaptação livre do musical da Broadway e inspirado na peça de Victor Hugo, dirigida pelo diretor britânico Tom Hooper, com excelente elenco formado por Hugh Jackman (Jean Valjean), Russel Crowe (Javert), Anne Hathaway (Fantine) dentre outros.

A história, ambientada nos desdobramentos da Revolução Francesa, entre as batalhas de Waterloo e as revoltas de 1832, mistura revolução e paixão (de Cristo) de uma forma fantástica. Chamou-me a atenção esse fator quase nunca percebido. Já no início da história, Valjean, detento preso por 19 anos pelo furto de um pão, é obrigado pelo delegado Javert, seu carrasco, a levantar um mastro com a bandeira da França.

A cena da personagem carregando o tronco é a própria cena do calvário de Cristo rumo à sua morte na cruz. E a história que se segue, uma vida de sofrimento e redenção. Não somente em torno da figura principal de Valjean, que se torna industrial e prefeito e passa a viver uma vida entrecruzada entre a implacável perseguição de Javert (representante da lei) e sua compulsão pela ajuda ao próximo (amai-vos uns aos outros), tensão constitutiva e diferencial entre judaísmo e cristianismo, mas também na figura impessoal dos revolucionários franceses que em 1832 se rebelaram contra o governo de Luís Filipe I (o “Rei Burguês”).

A tensão entre amor e lei acaba com a vitória do amor, representada pela morte consentida de Javert, que não suporta a sua redenção pelo amor representado no perdão de Valjean após uma vida de perseguições. Mas a melhor parte da história, para mim, é o seu final: Valjean, movido pelo amor à sua filha adotiva Cosette (Amanda Seyfried), se engaja no movimento revolucionário de junho de 1832 com o objetivo de salvaguardar a vida do jovem rebelde Marius (Eddie Redmayne).

O povo francês não adere ao movimento iniciado pelos jovens rebeldes que, isolados em poucas trincheiras, preferem a morte a uma rendição desonrosa. Como Cristo, morrem para salvar o povo que assiste indiferente à sua execução. A morte de Valjean abre o caminho da ressurreição e da redenção revolucionária após o longo caminho do sofrimento. Quando faz a passagem, guiado para a “outra vida” pelo espírito de Fantine, Valjean se depara com os revolucionários, bandeiras vermelhas nas mãos, cantarolando seus hinos, num paraíso que, sonhado em terra, só pôde ser encontrado após a morte. Paris se torna o céu, o paraíso daqueles que, já na “outra vida”, encontraram enfim a liberdade, a igualdade e a fraternidade de uma verdadeira democracia sonhada e jamais alcançada. Eis aí a genialidade de Victor Hugo.

05/04/2013

## O CONCEITO POLÊMICO DE TERRORISMO

O conceito de terrorismo é uma criação política, ideológica e instrumental. E como todo conceito jurídico, possui natureza atributiva e seletiva. Por isso, todas as tentativas de definição essencialistas do terrorismo, levadas a cabo por juristas, sociólogos e criminólogos falharam pela sua inconsistência e amplitude, o que permite ao Estado englobar quaisquer elementos dissidentes no conceito para fins de repressão. A amplitude incrimina certos setores sociais que em determinados momentos históricos representaram uma ameaça aos poderes constituídos pois todo Estado tem seus inimigos ou, no devido tempo, os cria (Otto Kirchheimer).

O conceito jurídico de terrorismo não é um tipo cerrado como o é o homicídio ou o furto. Não se pode ver ou definir com a clareza dos delitos mencionados, quais seriam os seus limites. “A expressão terrorismo apresenta, como se sabe, uma conotação pejorativa, sendo comumente usada pelos que estão no poder contra grupos dissidentes, para suscitar temor e hostilidade”, como lembrava Fragoso em obra de referência na matéria. A definição atributiva de “terrorista” é usada para “designar atos terroristas cometidos por inimigos contra nós ou nossos aliados”, como bem observa Chomsky.

O significado do termo “terrorismo” parece, assim, se relacionar muito mais com o fenômeno instrumental da estigmatização, tão bem explicado por Erving Goffman, do que por qualquer outra tentativa de conceituação ideologicamente comprometida com os órgãos de repressão. Como afirma Alfred P. Rubin, as razões fundamentais pelas quais o rótulo “terrorista” é aplicado em certos casos e não em outros, nada tem a ver com a natureza dos atos, mas sim com os “interesses da reação oficial a tais atos”.

A nosso ver, mais importante que conceituar terrorismo, é entender o fenômeno em seus momentos institucional e individual, bem como o discurso oficial que se segue a cada uma das manifestações, para podermos compreender o que há de ideológico e o que há de real (funções aparentes *versus* funções reais), na manipulação instrumental do conceito, na construção de uma hegemonia do medo, funcional ao Estado na medida em que legitima a utilização de técnicas violentas de dominação, que acarretam, conseqüentemente, a violação dos direitos fundamentais previstos nas Constituições e Tratados internacionais.

Ora, é impossível conceituar terrorismo como é impossível conceituar “crime organizado”. E isto porque o terrorismo não é um crime, uma entidade prevista ou previsível como tipo penal, mas antes, uma forma específica de se cometer algum crime, da qual resultam conseqüências também específicas.

Os juristas vem tentando, ao longo dos tempos, identificar o terrorismo com o crime político, sob o argumento, evidentemente infundado e ideologicamente comprometido, de conferir ao terrorismo certas proteções e privilégios outorgados ao crime político. Fragoso, por exemplo, entende necessário que na tipificação do terrorismo verifiquemos a presença do especial fim de agir consistente em atentar contra a ordem política e social vigente: “O fim de agir é elementar. Não existe um terrorismo de direito comum, trata-se de fato político, no sentido de que seus agentes o dirigem contra a vigente ordem política e social, para destruí-la, para mudá-la ou para mantê-la pela violência”.

Ora, é fato consagrado na atualidade, e constatável com certa facilidade e sem a necessidade de grandes teorizações, que a conduta terrorista individual pode se revestir de diversas finalidades, mesmo políticas, mas também religiosas, econômicas e sociais.

Ocorre que este “especial fim de agir”, antigamente definido como dolo específico, equipara o terrorismo com o crime político. Esta equiparação é recheada de simbolismo, na medida em que identifica o terrorista ao criminoso político-social, em uma ordem globalizada, onde começam a ressurgir, com muita força, em todos os cantões do planeta, movimentos contestadores da nova ordem mundial unipolarizada e hegemônica pelo imperialismo norte-americano, a nível internacional, e internamente, movimentos de ataque ao regime de segregação social e miséria que preside a realidade de grande parte dos países do Hemisfério Sul.

Trata-se de uma tentativa de criminalizar os movimentos sociais que visam reformar a ordem político-social vigente, como, no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST. Logo, há toda uma funcionalidade para o Sistema na equiparação do terrorismo ao delito político, não para conferir àquele certos privilégios, mas para identificar, estigmatizar os agentes de transformação social como terroristas.

Disto deriva esta busca incessante de enquadrar o terrorismo dentro do sistema jurídico existente, enquadramento este até hoje infrutífero. A questão não é igualar o terrorismo na categoria do crime político nem muito menos rebaixá-lo à condição de crime comum. A questão é compreender os mecanismos de instrumentalização deste fato, na construção de uma hegemonia do poder.

Observemos agora, que as conceituações propostas mascaram a verdadeira face do terrorismo, e não por defeito de formulação, mas com um fim bem determinado. Se por um lado, as conceituações de terrorismo são amplamente abrangentes, permitindo ao Estado açambarcar um número indeterminado de elementos sociais contestadores, por outro, excluem a pior face do terrorismo: aquele praticado pelo Estado, através de suas agências e de seus agentes.

Já não constitui novidade que a estratégia do medo tem sido um poderoso instrumento político utilizado pelos Estados de uma maneira geral. Sanguinetti, nos anos 1970, afirmava que: “Em Itália é com o terrorismo que se faz política”.

O sociólogo norte-americano Noam Chomsky esclarece, com precisão, a impossibilidade de as nações hegemônicas do ocidente assumirem as suas próprias definições oficiais do termo, como estão previstas no *U.S. Code*, ou no *Immigration and Nationality Act*, sob pena de revelar, de imediato, que “os Estados Unidos são um Estado líder do terrorismo” e que esta manifestação violenta nada mais é, de acordo com as definições oficiais, “simplesmente parte da ação do Estado, da doutrina oficial”.

É bem conhecido o instrutivo caso italiano. Nas décadas de 60 e 70, uma onda de ataques terroristas tomou conta da Itália: explosões de bombas, ataques a fábricas, sequestros e mortes em grande escala. O Estado italiano se apressava a distribuir responsabilidades entre as “Brigadas Vermelhas” e a “Prima Linea”. No auge dos acontecimentos, o sequestro e morte de Aldo Moro, figura exponencial que emergia na política italiana como provável construtor de uma política de unificação, paz e consenso entre os diversos setores sociais da nação, foi o golpe fatal que mergulhou o país na mais drástica repressão jamais vista. Após o desaparecimento de Moro, as Brigadas Vermelhas assumiriam a autoria do atentado, o que geraria consenso entre a sociedade civil acerca da necessidade de o Estado Italiano utilizar amplas forças de repressão contra os dissidentes.

Logo surgiram cogitações de que as Brigadas Vermelhas haviam recebido apoio da KGB para a realização do ato.

Não demorou muito para que sociedade italiana descobrisse que os atos imputados às Brigadas Vermelhas e à Prima Linea eram, na verdade, patrocinados pelo próprio Estado italiano. O velho Fragoso, afirmava que “o sentido desses atentados de direita é bem claro: procura-se através deles gerar um clima de intranquilidade que conduza ao endurecimento do regime, justificando medidas de exceção”.

Agora, parece claro que o terrorismo é a “realização da política por outros meios”, uma tecnologia de exercício do poder, muito bem manejada pelo Estado em momentos de intensa crise econômica, política ou social, eis que “não existe para o Estado senão uma única e inviolável lei: a sobrevivência do próprio Estado”.

10/11/2002

## BRIZOLA *VERSUS* HOBBS, OU DO MEDO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

“Nenhuma arte, nenhuma ciência está exposta a tão fundo grau de desprezo como quando qualquer um pode julgar dominá-la”. Quando G.W.F. Hegel pronunciou esta sentença, em seus “Princípios da Filosofia do Direito”, na cidade de Berlim, em 25 de junho de 1820, nem de longe poderia prever a relação ambivalente de amor e ódio que aconteceria, neste início de século, no país onde o surrealismo é normal, entre o povo e os aparelhos da repressão estatal. Refiro-me, é claro, ao Brasil, onde todos se arrogaram à cátedra de professores eméritos de direito penal, criminologia ou segurança pública. Todos os dias, pelas teletelas, assistimos a um constante desfilarm de novas teorias criminológicas, todas elas proprietárias da verdade fundamental para conter a violência em nosso país, que haveria tomado proporções dantescas. O país estaria nas mãos do “narcotráfico” e os poderes constituídos, reféns dos traficantes!

A política, que desde a Grécia de Platão e Aristóteles era considerada o locus natural das transformações sociais, visto que o homem, na sentença do estagirita seria um “politikow zoon” (um animal político), somente alçando o caráter de ser social na vida da polis, foi mediocrizada na modernidade pelo pensamento liberal. O homem contemporâneo possui aversão à política, prima pela liberdade abstrata, pelo individualismo, pelos valores do capital e possui asco à vida pública.

Por outro lado, o direito penal foi se cristalizando como instrumento simbólico de “transformação social”: os nossos governantes acreditam fielmente que através da repressão penal podem resolver problemas sociais secularmente enraizados em nossa sociedade.

Foi assim que na noite de 12 de abril de 2004, assisti, com um misto de perplexidade e preocupação, no “Jornal da Globo”, apresentado pela jornalista Ana Paula Padrão, a proclamação do “homo homini lupus” hobbesiano por autoridades cariocas e federais, que encontraram a “pedra filosofal” para a contenção da criminalidade e do medo na cidade do Rio de Janeiro: o vice-governador e professor emérito de criminologia Luiz Paulo Conde, proclamou abertamente, em cadeia de televisão, que planejava construir em torno da Favela da Rocinha, um “muro da discórdia” isolando-a de outras favelas da Zona Sul da cidade. Surpreso fiquei somente pela ideia não haver sido professada pelo guru do vice-governador, o eminente professor catedrático de políticas de segurança pública Anthony Garotinho, que no topo de sua cultura vem nos agraciando diariamente com lições mágicas e fórmulas prontas para a contenção da violência.

“Se é muro, se é cerca, se é grade, se não é grade, se é marco delimitatório. O que eu acho na minha opinião é que temos que conter a expansão”. Esta foi a sentença proferida por Conde. Desconhece o emérito professor que, no Brasil, um dia, houve um sistema escravista que confinava seres humanos em senzalas fétidas, enquanto suas vidas eram entregues ao trabalho e ao enriquecimento material do senhor. Com a abolição da escravatura, que não significou sobremaneira abolição das diferenças sociais entre brancos e negros, as portas das senzalas foram abertas para que aquele contingente de miseráveis, agora libertos fisicamente, se aprisionassem em novas cadeias: na dialética da vida, a favela substituiu a senzala e confinou a negritude em seus novos “marcos delimitatórios”. Aqui, em baixo, no lado branco da cidade, construíram-se presídios, caso algum incauto miserável, talvez por falta de informação ou satânico desejo de usufruto das benesses que o consumo oferece nos shoppings centers, resolvesse aqui aportar, ocasionando a desarmonia na estética capitalista. Não à toa se apregoa que na modernidade, não existem mais burgueses e proletários, mas consumidores e não consumidores.

Da senzala à favela; da favela ao cárcere... todas faces da mesmíssima moeda. Mas agora, a proposta do professor Conde nos trás uma nova solução jamais imaginada: cercar a favela, transformando-a em uma penitenciária de segurança máxima. Eureka! Por que não? Por que não cercar a favela de uma vez transformando-a em uma prisão, onde aqueles miseráveis abandonados pelo Estado voltem ao estado de guerra de todos contra todos de Hobbes? A lógica perversa do controle social seria deixar com que os miseráveis se matem entre si.

Mas, transformar a Rocinha em uma penitenciária somente seria o reflexo de uma sociedade que tem na repressão seu valor máximo. O que realmente me assusta é a vontade de transformar a favela não em um cárcere, mas em um campo de concentração! Aí eu estaria diante de uma sociedade muito mais patológica! Se na primeira hipótese eu me encontro diante de uma proposta autoritária, no segundo me encontro diante de uma proposta totalitária! No campo de concentração, tudo é permitido, porque o homem deixa sua humanidade do lado de fora: “deixai, do lado de fora, toda a esperança você, que entra” era a sentença escrita em letras de sangue nos umbrais do inferno de Dante e que poderia estar inscrito em qualquer campo de concentração ou penitenciária moderna.

O totalitarismo possui esta característica fundamental, onde o campo de concentração é a sua imagem: o homem deixa de ser um fim em si mesmo e passa a ser um meio para a busca de outros fins. O Estado absorve o ser humano, e o indivíduo somente passa a ter sentido se visto a partir da ótica e do bem do Estado. O fascismo toma conta do Brasil e os nossos governantes perderam todas as rédeas éticas no trato da coisa pública.

Acredito que esta seja a maior característica de nossa época: vivemos em um Estado totalitário oculto, dissimulado, por assim dizer. Quando George Orwell escreveu seu 1984, tentando descrever um Estado onde o ser humano nada representava, inspirou-se nos regimes totalitários europeus, mas não podia imaginar que as características máximas de sua descrição não se cristalizariam em Estados militarizados como o nazista, mas sim dentro de regimes intitulados democráticos, na modernidade. A alienação, a indiferença, a coisificação do ser humano, a banalização da injustiça, a repressão como método eficaz da política, a submissão do indivíduo ao Estado... tudo isto vemos hoje ocorrer, dentro de democracias vazias e inoperantes que antes representam uma farsa.

Clausewitz, famoso estrategista militar, certa vez afirmara que “guerra é a política continuada por outros meios”. Michel Foucault, posteriormente, inverteria este aforismo afirmando que a “política é a guerra continuada por outros meios”. Eu, humildemente diria - ou constataria - que o direito penal é a política da guerra continuada por outros meios. A imagem bélica toma conta de nossa sociedade, aquilo que Nilo Batista chamou de política criminal com derramamento de sangue...

Mas como não poderia deixar de ser, após a primeira lição de criminologia daquela noite, veio a segunda: em tom solene e austero, o Ministro da (in) Justiça Márcio Thomaz Bastos declarava que “se as circunstâncias concretas indicarem, o Governo Federal lançará mão das forças armadas”. Como dizia o velho Marx, a história sempre se repete duas vezes: a primeira como tragédia e a segunda como farsa. Farsa qualificada inclusive, que ameaça lançar mão de um recurso que já fora utilizado, no passado, por um déspota “esclarecido”, que certa vez governara estas plagas. O que admira é que a esquerda brasileira, agora no poder, lance mão do mesmo discurso repressivo dos seus antigos opositores, o que Vera Malaguti Batista chamou de o discurso da “Esquerda Punitiva”.

Como se não soubessem nossos governantes que os verdadeiros traficantes usam ternos, gravatas e não moram nos morros do Rio de Janeiro. Muitas vezes detêm altos cargos públicos e eletivos. Comandam o crime organizado que conta com apoio de setores podres do Ministério Público e do Judiciário brasileiro, para não dizer da polícia. Nossos governantes sempre atacam os efeitos e fecham seus olhos para as causas da criminalidade. Mas isto possui um valor simbólico e instrumental: nossos governantes não querem realizar as modificações sociais e estruturais que o país necessita. Então, transferem as suas responsabilidades pelo atraso cultural, pela fome, pela miséria, pelo desemprego, enfim, por todos os fatores de destruição dos laços de solidariedade social e da dignidade do ser humano, visto como um fim em si mesmo e que são as verdadeiras causas da violência e da criminalidade, para as mãos das vítimas do sistema. É a lógica do capitalismo tardio, a lógica de culpar o próprio indivíduo pelo seu atraso, pela miséria, pela violência social.

Quando Leonel Brizola foi governador do Rio de Janeiro, proibiu a polícia de subir os morros cariocas. Desejava dar um recado à sociedade: se a dignidade do cidadão é respeitada na zona sul, nos bairros nobres da cidade, deverá ser respeitada também no barraco, porque no interior de sua casa, seja no condomínio fechado, seja na favela, todo homem é rei. Mas foi mal interpretado, porque neste país a dimensão da dignidade ainda não foi estendida para os miseráveis. No Brasil, defensor dos direitos humanos é cúmplice do tráfico!

Enfim, para o nosso deleite, e para fechar a noite com chave de ouro, surgiu a imagem do emérito cientista político Arnaldo Jabor, que ao final de seu discurso proclamou as Forças Armadas, caso o Ministro da Justiça realmente determinasse a invasão dos morros, a serem tão eficientes como foram contra os guerrilheiros do Araguaia, na década de 70, em pleno regime militar. A juventude nunca poderá se esquecer que os militantes do PCdoB que pegaram em armas contra o regime militar e fundaram aquele movimento, quase no final do séc. XX, foram mortos, com raras exceções, tiveram suas cabeças cortadas e penduradas em postes nos caminhos das cidades vizinhas, como exemplo para qualquer um que se atrevesse a questionar o poder da ditadura brasileira. Mas, salve Jabor: na modernidade, o Direito Penal se transformou no Direito Penal do espetáculo. A mídia nos prestigia com um banquete de sangue e crime. Os noticiários não veiculam imagens ligadas à esfera pública, ocultando os fatos políticos do cidadão comum. Imagens de roubos, homicídios, sequestros e tráfico de drogas, constituem o cardápio diário do terror: o pânico social se alastra, quebrando os laços de solidariedade das classes trabalhadoras, fomentando o individualismo, mormente porque o estigma do criminoso traz consigo o significado do perigo e do medo, identificado com os não consumidores. Os espetáculos de suplício das penas infamantes da Idade Média, com seus cadáveres pendurados em postes e corpos esquartejados, não são mais realizados em praça pública diante de espectadores atônitos: agora, nós os vemos pela TV, que nos agracia com um banquete de sangue, crime, terror e medo, diariamente... na hora do almoço!

16/04/2004

## FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DE MERCADO

O mercado, como *market oriented financial system*, instituição histórica da regulação das trocas ou alocação de recursos (produção, distribuição e financiamento dos bens materiais), nem sempre existiu. Na verdade várias sociedades não conheceram o mercado e outras o conheceram de forma embrionária, pouco desenvolvida, subordinada a outras formas de organização societal hegemônicas. É somente na sociedade ocidental moderna, a partir do mercantilismo e depois com a consolidação da forma valor na Revolução Industrial, que o mercado atingiria a forma mais desenvolvida e complexa, que hoje se conhece, integrando os diversos mercados locais, antes isolados, numa instituição totalitária das relações sociais.

Muito se tem falado sobre o mercado e pouco se tem dito. O pensamento pós-moderno tem abordado o tema como se o mercado fosse um Deus abstrato e inacessível ao homem comum, algo que sem poder ser conhecido, não poderia ser dominado, já tendo submetido a humanidade a seus desígnios irresistíveis. Para outros, a inexorabilidade das “leis naturais” de mercado definiriam o único caminho possível que as nações e agentes econômicos nacionais e internacionais deveriam seguir para alcançar a paz e a felicidade, resultados “naturais” do livre jogo das pressões “competitivas” na sociedade civil mundializada.

Entretanto, para além dessas neoteorias sobre a incognoscibilidade dos fenômenos e processos sociais - que a pretexto de modernas regridem a um pensamento pré-hegeliano - ou daquelas que apregoando o *laissez faire* abrem mão da intervenção consciente do homem na história, o método dialético impõe tratar a questão de forma científica, ou seja, diante de uma realidade caótica e indeterminada, aplicar o processo da abstração, que decompõe mentalmente o todo em suas partes mais simples, descobrindo suas mínimas articulações, para reconstruir a realidade, do abstrato ao concreto, que ao final do processo se mostra como concreto pensado, concreto retirado de sua abstração pelo procedimento analítico-sintético, do método dialético.

Realmente, o mercado nada tem de metafísico ou transcendental, constituindo antes uma instituição histórica e objetiva do Modo Capitalista de Produção, com finalidades pretensamente autorregulatórias da forma valor, cujas bases de reprodução são instituídas e administradas pelos Estados de capitalismo central e que geram efeitos práticos para as nações de capitalismo periférico, em certa medida vulneráveis às suas pressões. Por outro lado, como se verá, o mercado não é mau ou bom por natureza, tendo antes um caráter instrumental, que se deixado por si mesmo possui a sua própria lógica de desdobramento (lógica esta construída) com poder suficiente, principalmente na era do capitalismo financeirizado, para submeter todas as articulações da sociedade mundial aos seus desígnios, perfeitamente compreensíveis. Aparenta-se, assim, a um cavalo selvagem, que pode ser deixado por si mesmo ou domesticado para a realização de fins pré-estabelecidos pela comunidade política.

A forma de organização econômica de uma sociedade, a sua reprodução material, sempre foi um dos aspectos relevantes de uma organização social. Quiçá o mais importante, pelo seu caráter primário de sustentabilidade material, mas não o único. Um aglomerado social é um conjunto de fatores econômicos, mas também políticos, culturais, ideológicos, identitários, simbólicos, religiosos, etc. O mercado, assim, pode ser identificado como instituição acessória em algumas sociedades, mas é somente na sociedade capitalista que essa instituição social se torna hegemônica, tendendo a absorver a própria organização social que se transmuda em sociedade de mercado.

A primeira ilustração - que sobreleva o caráter mercantil, da esfera da circulação das mercadorias na sociedade capitalista - para designar o mercado é que ele constituiria uma imensa instituição destinada a mediar as trocas entre as mercadorias, em curta ou longa distância, gerando todo um complexo de articulações sociais destinadas a facilitar aquelas transações. Nesse sentido, se aparentaria em muito aos centros comerciais que hoje mesmo se designam feiras ou mercados, locais onde os agentes econômicos vendem o que produzem e adquirem o que necessitam para o aperfeiçoamento da sua produção ou para o seu consumo final.

Uma segunda ilustração - que sobreleva a esfera da produção, o núcleo central do Modo - levaria em conta o fato de o mercado funcionar ao modelo de uma gigantesca sociedade anônima, um instrumento empresarial de organização dos “fatores da produção”, ou seja, dos dois polos constituintes do mercado, capital e trabalho e da decisão econômica da alocação de recursos, objetivando determinar, ao final do ciclo produtivo, os dividendos que caberiam a cada um dos acionistas, deduzidos os encargos normais da atividade produtiva, em capital, trabalho e reinvestimentos normais à continuidade do processo produtivo:

Em virtude das diversas composições orgânicas dos capitais invertidos nos diferentes ramos da produção e, por conseguinte, da circunstância que capitais de igual magnitude mobilizam quantidades muito diferentes de força de trabalho, de conformidade com a diversa percentagem que o capital variável representa num capital global de certa grandeza, apropriam-se esses capitais de quantidades muito diversas de trabalho excedente, ou seja, produzem quantidades muito diferentes de mais-valia. Em conseqüência, as quotas de lucro que imperam entre os diferentes ramos da produção são originariamente muito distintas. As diferentes quotas de lucro se igualam, por força da concorrência, a uma quota geral de lucro que será a média de todas elas. O lucro que, correspondendo a essa quota geral, corresponde a capital de grandeza certa, seja qual for a sua composição orgânica, é o que se chama lucro médio [...] Os capitalistas das diferentes esferas da produção, ao venderem suas mercadorias, retomam os valores do capital consumido para produzi-las, mas a mais-valia que tomam não é a gerada no próprio ramo produtivo, com a sua respectiva produção de mercadorias, mas a que cabe a cada parte alíquota do capital global da sociedade, numa repartição uniforme da mais-valia global produzida em dado espaço de tempo. Cada 100 de capital adiantado, qualquer que seja a composição, recolhe todo ano ou noutra espaço de tempo, o lucro que corresponde, nesse período, a cada 100, como simples fração do capital global. Os diversos capitalistas estão aqui, com respeito ao lucro, na mesma relação que os acionistas de uma sociedade anônima, em que os dividendos se repartem uniformemente, conforme sua parte alíquota, só se distinguindo os dividendos correspondentes a cada capitalista pela magnitude do capital que cada um inverteu no empreendimento comum, pela participação percentual que possui nas ações da empresa.

Dessa forma, o mercado, *ad instar* do que ocorre numa sociedade anônima, teria como finalidade última determinar, por intermédio da concorrência capitalista, a quota média de lucro [ou capital médio social] que cada capitalista individualmente considerado, pertencente às mais diversas esferas da reprodução total do capital, perceberia, uma vez realizada e compensada, na esfera da circulação, a mais-valia total gerada na esfera da produção, num dado período de tempo, o que significa redistribuir o trabalho excedente (valor) na forma de lucros, a todos os capitalistas, de forma percentual à sua participação na empresa comum. Isso ocorreria porque, ao contrário do que se pensa, a mais-valia gerada pelo trabalho na esfera produtiva jamais é apropriada de forma individual e direta por cada um dos capitalistas em particular, em suas fábricas, necessitando de

um mediador que redistribua e compense as perdas e os ganhos derivados das diferentes composições orgânicas (intensividade em capital ou trabalho, conforme ao grau tecnológico empregado) do capital total em circulação nos sistemas econômicos nacionais ou no mercado internacional, determinando a quota-parte que caberá a cada capitalista individualmente considerado, o que se opera pela nivelção da cota geral de lucro, na concorrência capitalista. Essa comparação tem a virtude de levar em consideração não somente uma esfera, isolada, do Modo Capitalista de Produção, mas a totalidade de suas esferas funcionando de forma articulada : produção (D-M-D') → circulação (M-D-M) → financiamento (D-D').

Uma terceira ilustração - que sobreleva a esfera financeira, ou seja, o financiamento da produção ou mesmo o financiamento da atividade econômica desvinculada da produção direta, meramente creditícia - compara o mercado a um gigantesco banco, uma instituição financeira que ao invés de intermediar mercadorias, medeia o próprio fluxo do capital entre quem detém poupança e quem dela precisa, ou seja, concede crédito a quem pode por ele pagar o preço do capital, o juro, passe ou não aquele dinheiro emprestado pelo circuito produtivo D-M-D', ou seja, produza ou não produza diretamente riqueza material [mais-valia], como ocorre no circuito do capital portador de juros ou fictício [D-D'].

Uma quarta ilustração - que ressalta o caráter especulativo que o moderno capitalismo financeirizado assumiu, principalmente a partir da década de 1990 - o compara a um imenso cassino global, onde apostadores jogam suas fichas na valorização ou desvalorização de ações de empresas, títulos da dívida pública e outros papéis transacionáveis, tendo o Estado assumido a posição de um gigantesco crupier, que intermedeia as negociações, ao criar ambiente monetariamente saudável à liberdade dos capitais, através de bancos centrais e outros instrumentos de estabilização monetária.

Por fim, ainda se poderia ilustrar o mercado como um complexo de mecanismos “destinados a recolher, elaborar e transmitir informações a serem utilizadas pelos agentes econômicos”, informações que são processadas e apresentadas de formas distintas aos diversos agentes, sejam eles trabalhadores, empresários, consumidores, investidores privados, especuladores, etc., e que tem o poder de gerar comportamentos onde a eficácia da decisão de agir “dependerá sempre da qualidade e da oportunidade das informações a que tem acesso o agente”. Esta é a visão de Celso Furtado, para quem “os mercados produzem um fluxo permanente de informações, sob a forma de indicadores que são uma tradução sintética de milhares de dados”, dando um sentido inteligível a esses dados, tornando-os informações. A informação seria o elemento chave para a decisão econômica, ou seja, para a alocação de recursos num ou noutro setor da economia. A teoria das informações, num mundo em processo de rápido avanço dos meios de comunicação informatizados, é a base dessa visão de mercado.

Claramente se vê, nas comparações aqui lançadas, que além delas ilustrarem as três diferentes e complementares esferas de funcionamento da economia de mercado, ilustram também três fases de desenvolvimento histórico do Modo Capitalista de Produção, o mercantilismo - que ainda não pode ser considerado Modo Capitalista de Produção, embora seja fase fundamental na acumulação do excedente que possibilitaria dar o salto industrializante -, a produção capitalista propriamente dita, inaugurada com a Revolução Industrial, e a fase financeirizada [neoliberal], do capitalismo atual. De forma combinada, todas essas ilustrações conseguem expressar o que é e como funciona o mercado.

19/04/2013

## NA CONTRAMÃO DO FIM DA HISTÓRIA: POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E A RENASCENÇA DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL NO BRASIL

### *A liberdade vai às ruas*

O mês de junho de 2013 será conhecido na história como o mês onde brasileiros e brasileiras de todas as cores, idades, gêneros, orientações sexuais, políticas e ideológicas foram para as ruas gritar, reivindicar e quebrar velhos preconceitos que rondavam a “personalidade” de um povo que se acostumou a reproduzir uma autoimagem de cordialidade e conformismo.

Foi como uma maré que tomou conta das ruas brasileiras, (re)colocando povo onde antes só haviam carros, ônibus, fumaça e muita, muita indiferença. Uma indiferença que ocultava muita revolta e um sentimento incontido por anos de fazer avançar um pouco mais as suas instituições democráticas, há tanto desacreditadas pela sucessão de escândalos e uma aguda falta de participação efetiva nas estruturas de poder, a despeito do discurso democrático presente nas leis e na Constituição.

Um sentimento difuso de revolta que pressionava por um movimento de grandes proporções sem líderes previamente escolhidos, com bandeiras e reivindicações difusas, mas sempre identificando o problema na política, local de resolução dos problemas que afligem a democracia e seus sujeitos, mas que estaria, no Brasil, sendo exercida de forma muito aquém aos verdadeiros anseios e desejos das maiorias sociais.

E então a liberdade, esse impulso tão querido aos seres demasiado humanos irrompeu pelas ruas, praças, corações, mentes, ocupando as atenções dos espectadores acostumados a observar o óbvio, tornando-se uma energia que comoveu o país e o mundo ao responder “sim” ao velho questionamento de Machado de Assis: “A liberdade não é surda-muda, nem paralítica. Ela vive, ela fala, ela bate as mãos, ela ri, ela assobia, ela clama, ela vive da vida. Se eu na galeria não posso dar um berro, onde é que o hei de dar? Na rua, feito maluco?”.

O advento da Nova República e da Constituição de 1988 prometeram espaços institucionais onde a política poderia tornar-se uma verdadeira trombeta pela qual o povo faria prevalecer seus interesses. Mas passados 28 anos, respeitáveis avanços ocorridos, o povo brasileiro jogou-se às ruas, como “malucos” por democracia, dizendo aos berros que seus justos anseios já não cabiam mais nas galerias dos parlamentos, dos congressos e dos gabinetes que quase sempre permanecem longe, muito longe dos olhos atentos do povo de carne, osso e muito sangue nas veias.

Alguma coisa nesse processo se quebrou. E a fratura exposta indicia o novo, a mudança, a necessidade premente de novos arranjos políticos e institucionais que deem conta das novas necessidades que se colocam em nosso horizonte político. Já não aceitamos e já não queremos a pecha de alegres conformados. Queremos levar nossa alegria para as ruas e para a democracia, que assim como a personalidade dos brasileiros, queremos que seja alegre, festiva, miscigenada e promotora do bem comum prometido em todas as instâncias do poder social, político e econômico.

### *Uma contextualização necessária*

Mas não se pode jogar o bebê com a água do banho. Seria de uma irresponsabilidade flagrante. Há apenas 30 anos atrás nossos pais e avós estavam em luta contra a Ditadura Militar

instaurada no Brasil em 1964 e que durou longos 21 anos. Um regime fundado no assassinato, no desaparecimento e na tortura de jovens, homens e mulheres em tudo semelhantes aos brasileiros e brasileiras que agora foram às ruas clamar por mais direitos.

Quem eram nossos pais e avós que resistiram à Ditadura Militar? Eles, também se dividiam à esquerda e ao centro, entre radicais e moderados, mas o fato é que todos eles, à sua maneira, lutaram e se engajaram na luta pela redemocratização do Brasil. E entre eles, houveram aqueles que, armas em punho, lançaram-se inclusive à luta armada, doando seu sangue e suas vidas pela luta por uma causa justa. Eles levantavam bandeiras, quase sempre vermelhas e eram muitos, muitos partidos políticos, organizações que aglutinavam jovens que sonhavam um Brasil melhor e democrático para que qualquer um pudesse se manifestar com liberdade de exigir seus direitos.

Por isso, quando estávamos nas ruas agora, em 2013, era com muita tristeza que víamos sujeitos estranhos em meio à massa exigindo à militância partidária que baixasse suas bandeiras, inclusive mediante imposição violenta. Logo contra eles que sempre estiveram na luta para que hoje inclusive os adeptos do antipartidarismo pudessem reivindicar suas pautas e exigir suas demandas.

A democracia brasileira foi construída assim: com muita luta. Não foi uma dádiva ou concessão de nenhum governante. Foi uma conquista arrancada à Ditadura Militar mediante muita resistência. Conquista de espaços institucionais onde o povo poderia se ver representado, onde ele poderia levantar suas bandeiras, onde ele poderia gritar por mais liberdade e igualdade num mundo cada vez mais desigual e escravo das imposições financeiras de Wall Street. Daí que não se poderia simplesmente dizer que a política brasileira é composta de espaços sem valia ou serventia. Que esses espaços poderiam ser rasgados sem qualquer efeito negativo. A quem interessaria essa visão? A visão da terra arrasada? A visão que joga por terra aquilo que foi com sangue conquistado?

### *O Movimento Passe Livre e um grito de liberdade*

Iniciei minha militância política no Movimento Passe Livre em Florianópolis no começo do ano de 2004. A campanha pelo Passe Livre já vinha desde o ano de 2000, através de um grupo fantástico de jovens idealistas que lutavam incansavelmente pela construção da tarifa zero. Esses jovens me receberam de braços abertos e me possibilitaram outra visão de mundo, da política e das formas de fazer política. Eu era então, como eles, estudante na Universidade Federal de Santa Catarina e por um bom tempo respirei os ares benfazejos daquele Movimento.

Aprendemos em conjunto que o transporte coletivo é um serviço essencial prestado pelo Estado à população e que o modelo de transferência dessa responsabilidade à iniciativa privada por meio de concessões ou permissões acaba por desvirtuar o seu caráter de direito fundamental instrumental (ou seja, cumpridor de uma função social garantidora de acesso a outros bens e direitos constitucionalmente garantidos, como saúde, educação, trabalho, lazer e cultura) conferindo-lhe um caráter mercadológico (as empresas privadas são movidas pela lucratividade de um negócio sob o binômio maximização dos lucros com minimização dos custos, o que é = menos linhas e horários de ônibus com lotação máxima + tarifas elevadas) incompatível com a realização do bem comum.

Aprendemos também que a grande beneficiária do sistema de transporte coletivo, mais que os seus usuários imediatos é a própria Economia de Mercado, que demanda a livre circulação da força de trabalho, dos capitais e valores que movem o comércio, a indústria e as finanças. E

que, portanto, é extremamente injusto que o usuário imediato do sistema acabe arcando exclusivamente com os seus custos. Isso nos impôs a verificação, inclusive, da necessidade de uma reforma tributária com caráter progressivo, que transferisse a responsabilidade pelo funcionamento desse setor vital da economia para os bolsos daqueles que mais lucram com o seu funcionamento, pois de pouco valeria aos usuários do sistema deixar de pagar a tarifa do transporte na catraca para pagá-la na forma de tributos indiretos que penalizam os mais empobrecidos na sociedade.

Aprendemos, enfim, que o problema que se coloca em nossa sociedade não é o preço da tarifa de transporte, mas a própria tarifa em si, eis que ela se constituiu num poderoso instrumento de controle social através do qual se mantém inclusive o poder sobre a circulação das pessoas nas cidades, institucionalizando guetos e mantendo a localização física das classes sociais nos locais que foram criados para elas, reproduzindo papéis sociais que tendem a se perpetuar no tempo e no espaço das cidades brasileiras. Uma tecnologia, como diria Foucault, de controle ou gestão dos corpos, onde não se controla mais (violentamente), mas se controla melhor, inclusive mediante o consentimento tácito dos controlados. Daí porque o símbolo do movimento nascido em Florianópolis sempre foi uma pessoa estilizada chutando (e quebrando) uma catraca em alusão ao lema do movimento “quebrando as catracas da vida!” ou “por uma vida sem catracas!”.

Tivemos a oportunidade de aprender que a juventude brasileira estava cansada das formas tradicionais da política também tradicional. Que embora essa política das formas cristalizadas fosse importante (ninguém o negava), boa parte da juventude com ela não se identificava, demandando outras formas de organização, mais elásticas, que pudessem dar conta da alegria e da espontaneidade dessa fase da vida.

Por isso é que o Movimento se constituía sob as bases do apartidarismo, sem antipartidarismos. Ou seja, o Movimento sempre respeitou os partidos políticos, compreendendo as suas importâncias na democracia representativa moderna, mas também entendia que para se constituir em verdadeiro “movimento” não poderia pertencer ou se identificar a um ou alguns partidos políticos nacionais, sob pena de se desvirtuar e acabar confundindo a sua bandeira principal: a luta pela tarifa zero.

### *Um movimento em disputa*

Quando em junho deste ano o prefeito de São Paulo Fernando Haddad autorizou o reajuste das tarifas de transporte em R\$0,20, dentro dos índices inflacionários, e a juventude do Movimento Passe Livre da Paulicéia Desvairada foi às ruas exigir a sua revogação, não foram poucos aqueles que clamaram para que o governo do Estado, representado na figura emblemática de Geraldo Alckmin, governador do PSDB de Fernando Henrique Cardoso e ex-candidato à Presidência da República, usasse a sua polícia para conter os “baderneiros”, os “arruaceiros” que estavam atrapalhando o sagrado direito dos cidadãos de “bem” de ir e vir com seus automóveis pela cidade.

O Governador, que já utilizara o mesmo recurso no despejo forçado da comunidade do Pinheirinho e na desocupação da USP, tomadas pelos estudantes, não tardou em determinar que a sua polícia reprimisse duramente os manifestantes. Desacostumado com os processos negociados da democracia, o Governador não imaginava a reação em cadeia que essa violência policial provocaria, levando não só milhares de paulistanos às ruas para se somar aos manifestantes, mas desencadeando a ida de milhões de brasileiros e brasileiras às ruas de todo o país, de norte a sul e

de leste a oeste. O político que um dia sonhou ser presidente do Brasil, não imaginou que um ato seu como Governador de São Paulo pudesse ter um alcance tão nacionalizado como o que se viu.

Embora os neomanifestantes não entendessem muito bem porque estavam indo às ruas, o fato é que expressavam um sentimento de revolta a esse tipo de ação violenta, não negociada, que a despeito do discurso constitucional da soberania popular, nos momentos de crise acaba por lançar mão do aparelho repressivo do Estado como “intermediador” das crises populares. Um triste modelo implementado no Brasil com muita eficiência durante os dois governos nacionais do PSDB, que controla a desigualdade econômica aprofundada pelo neoliberalismo com o controle policial dos excluídos: um Estado que fortalece os seus aparelhos de controle na mesma proporção em que enfraquece os seus aparelhos sociais e econômicos.

Quando o caldo já havia entornado e a parcela conservadora da mídia brasileira já havia percebido que se tratava de um movimento sem lideranças e com bandeiras difusas, uma poderosa operação de manipulação do movimento foi iniciada, com conservadores de plantão - que na véspera clamavam pela repressão policial - voltando atrás em seus discursos, agora elogiando os manifestantes como verdadeiros democratas populares. Não tardaram também em iniciar a operação de inserção de suas próprias bandeiras no movimento, como foi o caso da PEC 37 (uma luta corporativa entre o Ministério Público e as Polícias Judiciárias brasileiras para determinar qual categoria terá mais poder no aparelho repressivo do Estado) e até mesmo, um artificial impeachment da Presidenta Dilma Rousseff que, se não colasse, ao menos anteciparia o debate eleitoral de 2014, renovando a chamada política de “jagunço”, que se não mata imediatamente deixa sangrando até as próximas eleições.

Essa operação foi em parte bem sucedida porque conseguiu desviar as atenções sobre o Governador Geraldo Alckmin e seu partido, o PSDB (que terá um de seus quadros, o Senador Aécio Neves, como principal candidato de oposição nas eleições gerais do ano que vem), provocadores das grandes manifestações mediante a desastrada repressão policial que autorizaram. Em consequência a Presidenta Dilma Rousseff e seu partido, o PT, acabaram arcando com boa parte da “impopularidade” naturalmente provocada por manifestações como essas para quem está efetivamente no governo.

Daí que agora, já com um pequeníssimo afastamento histórico dos fatos, se pode perceber que se tratou de um movimento em disputa, onde as esquerdas saíram em desvantagem eis que se acostumaram à normalidade da institucionalidade, perdendo boa parte do contato com o povo que sempre cultivaram, o que deixa um recado claro para quem queira atuar à esquerda do espectro político nacional: a administração do Estado burguês não pode apagar a lembrança da existência da luta de classes no seio da sociedade e todo partido ou indivíduo pertencente a esse campo deve ter clareza que, sem base social efetiva, sua atuação se esgota em médio prazo por absoluta falta de oxigenação com os movimentos sociais, o que leva à burocratização e cooptação de quadros para os encantos proporcionados pela democracia liberal-burguesa.

### *Decifrando as bandeiras de luta*

Não somente a luta pelo transporte gratuito ou ao menos barato e de qualidade, mas muitas outras reivindicações levantadas pelos manifestantes de junho de 2013 como saúde mais eficiente, educação pública de qualidade, melhorias no planejamento das cidades e até respon-

sabilidade fiscal e controle efetivo dos investimentos públicos está a indiciar que os brasileiros estão mesmo na contramão do “fim da história”. Enquanto as políticas do receituário neoliberal se alastraram nos EUA e na Zona do Euro, principais afetados pela crise econômica iniciada em 2007/2008, como forma de resolver os graves problemas sociais gerados pela crise - um remédio que mata mais do que a doença, porque criador do ambiente propício ao alastramento da patologia - no Brasil tudo parece se operar diferente.

Aqui, em nossas terras, a crise mundial tem sido contida até agora, diferentemente dos países do Centro do Capitalismo, com o avanço de políticas sociais e econômicas anticíclicas, com aquecimento da demanda por bens de consumo através do incremento do poder de compra das classes tradicionalmente mais empobrecidas e por toda uma sorte de políticas que compõem não o receituário neoliberal, mas o keynesiano, do Estado de bem-estar social, aquilo que Engels chamou de Capitalista Coletivo Ideal, um Estado capaz de gerenciar as crises do capitalismo, construindo uma condição de relativo equilíbrio e prosperidade mesmo que isso implique ir contra os interesses imediatos das classes mais abastadas e beneficiadas com as benesses da Economia de Mercado.

Bandeiras que ora se veem levantadas pelos povos da Zona do Euro contra a privatização de serviços públicos e o sucateamento dos seus sistemas de Direitos Fundamentais de segunda e terceira gerações, há muito não reverberam no Brasil, eis que foram agendas regressivas relativamente abandonadas nos últimos 10 anos em nosso país. As bandeiras levantadas pelos manifestantes brasileiros reivindicavam, ao contrário, o aprofundamento das políticas do Estado de bem-estar, demonstrando que o povo está, por um lado, satisfeito com as diretrizes que vem sendo implementadas, mas insatisfeito com o ritmo das mudanças e o aprofundamento dessas medidas. Ou seja, indiciam que os brasileiros creem que a política ainda é uma forma eficiente de transformação social e que ela ainda pode dar muito mais ao povo em termos de construção de um tão desejado Welfare State, agora na periferia do mundo capitalista.

Essa constatação deve servir tanto para enaltecer quanto para criticar a política que vem sendo executada no Brasil nos governos do PT e de seus aliados. Enaltecer o rumo acertado das diretrizes mudancistas e criticar o ritmo lento de suas realizações. Enaltecer a importância da realização de políticas sociais e criticar a sua “universalização ainda restrita”. Enaltecer a coragem de uma agenda anticíclica que vem dando resultados importantes na contenção interna da crise mundial e criticar a falta de aprofundamento da participação popular nas estruturas de poder social, político e econômico de um Estado tradicionalmente autoritário, implementadas ainda muito lentamente por um campo político que sempre se orgulhou de ter nascido do seio do povo e das lutas sociais no Brasil. Enfim, enaltecer sim um passado de tantas lutas, mas permanecer atento para o relevante fato que a luta política não é feita somente de passado e que o presente é agora!

30/06/2013

## O JÚLIO CÉSAR DE SHAKESPEARE E O PODER

As personagens de Shakespeare são excepcionais paradoxos psicológicos. Lendo Júlio César adorei essas duas pérolas: “Entre a ideia de algo terrível e o primeiro ato o intervalo é um fantasma” (Brutus) e “Quem será tão firme que não possa ser seduzido?” (Cassius).

A primeira frase expressa a tempestade psíquica, o conflito de consciência que abala Brutus antes do assassinato, movido pelo dever de salvar Roma da tirania, de salvaguardar o bem maior, o interesse coletivo, ele que era considerado por seus contemporâneos um dos homens mais virtuosos da República.

A segunda é a comemoração de Cassius ao seduzir Brutus para a ideia do assassinato. Na peça a luta pelo poder leva os homens ao cinismo e à luta fratricida eis que o inimigo está no mesmo campo, não no do pretenso adversário. É certo que a humanidade evoluiu em conhecimento científico e acúmulo tecnológico de lá para cá. Mas os problemas humano-demasiado-humanos continuam os mesmos.

01/06/2014

## POLÍTICA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Vi dezenas de manifestações sobre o Decreto 8.243/2014 (Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências) como sendo o Decreto do fim do mundo, o início do “Golpe Comunista” que alguns internautas anunciaram para 2014 ou até mesmo a fagocitose corporativista da sociedade civil pelo Estado.

Tudo bem: quem nunca participou de nenhum movimento social nunca soube como a coisa funciona mesmo. O decreto compilou práticas que já existiam o que por si só é um avanço em termos de segurança jurídica. Mas, como afirmou alguém no passado, o “inquisidor sente o cheiro do demônio onde se sente apenas o cheiro do estrume de um cavalo”. E quando se quer criar demônios, qualquer coisa é pretexto mesmo. E como a Veja sempre consegue se superar, veio com essa matéria aí que me fez rir bastante. Depois dizem que as ideologias estão mortas!

15/06/2014

## O EQUILÍBRIO INSTÁVEL DO PODER E O DISCURSO DO INIMIGO

Kenneth Waltz, teórico-mor do neorrealismo na Teoria das Relações Internacionais, defendia que quanto maior o número de potências, maior o equilíbrio de poder. Esses países analisarão melhor as consequências de um ataque militar se tiverem adversários capazes de infringir danos sérios aos seus territórios e cidadãos. Waltz era um defensor da tese de que quanto mais armas nucleares no mundo, maior seria o equilíbrio e a paz global.

“Países que têm armamentos nucleares coexistem pacificamente, porque sabem que cada um deles podem provocar danos terríveis entre si”, dizia. Waltz também refutava a ideia de que os EUA tinham inimigos substanciais. “Nunca na história moderna um país esteve tão seguro”, disse. “Temos que inventar ameaças. Temos que dramatizar os inimigos para justificar os gastos de defesa.”

Nunca esteve tão atual a afirmação de Otto Kirchheimer: “Todo regime político possui seus inimigos e se não os tem, deve inventá-los”. O inimigo é uma entidade política, econômica e social, uma necessidade num mundo onde o Estado é o principal agente de relações sociais polarizadas. A relação amigo/inimigo é essencial ao poder político (Carl Schmitt).

20/06/2014

## UMA BLITZKRIEG ALEMÃ NO BRASIL

Eu não entendo nada de futebol. Mas queria arriscar uma opinião. Porque tenho 38 anos e nunca vi uma humilhação tão grande de nossa seleção. Mas também acredito que isso é o resultado de décadas de uma concepção individualista que sobrevaloriza a figura do craque. E me pergunto se isso não teria a ver com arranjos forçados pelo mercado do futebol.

Desde criança eu ouço os nossos comentaristas, jogadores, técnicos e cartolas sobrevalorizando uma tal natureza de “futebol arte” que seria característica dos brasileiros. Sobrevalorizando as jogadas individuais e as finalizações a la Ronaldo, Neymar e tantos outros. É claro que sempre fomos um celeiro de craques, mas isso acabou sendo prejudicial no longo prazo para o desenvolvimento de um esquema tático que valorizasse o jogo coletivo. E o futebol é um jogo coletivo. Isso acontece até na economia: quando um país possui um insumo em abundância, como no caso do petróleo venezuelano, a economia tende a especializar-se na extração daquele bem abundante, deixando de desenvolver o setor tecnológico.

A abundância do recurso leva à abundância de dólares que leva à sobrevalorização da moeda local, tornando mais barato importar tecnologia ao invés de produzi-la. E me parece que com o futebol aconteceu a mesma coisa. A abundância de craques no Brasil levou o nosso futebol, questão de mercado, a produzir esse valioso bem para exportação. E com isso menosprezamos o desenvolvimento de novas “tecnologias” futebolísticas internamente. Acabamos ficando displicentes com a organização de novos arranjos táticos que possibilitassem o desenvolvimento de um jogo mais coletivo e amarrado. E isso nos levou, infelizmente, a viver o “canto do cisne” do futebol brasileiro no fatídico 08/07/2014, o dia que ficará conhecido como Mineiraço, uma humilhação muito superior ao Maracanaço de 1950 . Bem: chegamos ao fundo do poço e precisamos aprender algo com ele.

Também não sou um jogador de xadrez. Aprendi alguns poucos movimentos com um professor. Mas ele sempre me dizia que o xadrez tem 3 passos fundamentais: 1) ocupar o centro do tabuleiro; 2) proteger o Rei; 3) partir para o ataque. Acho que isso nos ensina algo sobre o futebol. A sobrevalorização da figura do craque, no Brasil, levou a um esquema tático que menospreza o meio de campo, que é onde as jogadas são armadas coletivamente.

Vejamos a figura 1, que representa o esquema tático básico do Brasil nesta Copa: trata-se do esquema 4-3-3. Nele, temos uma defesa composta por 4 jogadores, um meio de campo fraco, composto por apenas três jogadores e uma sobrevalorização da figura de três craques, que se posicionam no gol do adversário. Se a bola chegar até eles, fantástico! Mas se não chegar, desastre!

Já na figura 2, temos o esquema tático da Alemanha nesta Copa: trata-se do esquema 4-2-3-1. Salta aos olhos a distribuição mais complexa dos jogadores no meio de campo. Uma defesa semelhante à brasileira, composta por 4 jogadores, um meio de campo composto por 5 jogadores posicionados em forma piramidal invertida (2-3) e um atacante posicionado no gol do adversário.

E não foi exatamente o que vimos no Mineiraço? Os alemães dominando a bola com maestria no meio de campo e avançando rumo ao nosso gol como numa típica “Guerra relâmpago”, a temida blitzkrieg dos alemães? Era fantástico ver como eles jogavam coletivamente, absolutamente entrosados. O quarto gol, inclusive, foi simbólico desse esquema coletivo, onde Tony Kroos rouba a bola de Fernandinho no meio de campo e avança com velocidade para o gol brasileiro. Mas toca a bola para Khedira que vinha à frente do lado esquerdo do campo. Khedira poderia chutar a

gol, mas ao perceber que está sendo marcado por dois zagueiros brasileiros, devolve a bola para Kroos que estava mais livre que ele e faz o gol.

Esse passe de bola levou o Caio Ribeiro, na Central da Copa, a afirmar que “Pra mim, esse gol é simbólico, mostra a força da Alemanha durante todo o Mundial. O Khedira ou qualquer outro jogador teria chutado para o gol, mas a Alemanha é diferente: marcação sob pressão, sistema de jogo definido, muito forte fisicamente e totalmente desprovida de vaidade. Aqui, faz o gol quem tiver melhor posicionado”. Isso é jogo coletivo. Isso é subordinação da estrela individual ao objetivo da partida. Aqui, o objetivo é tudo e o movimento se desenvolve para atingir o objetivo.

Muitos estão afirmando que o jogo de ontem foi inacreditável. David Luiz chegou a afirmar que não se pode explicar o inexplicável. Não concordo que seja inexplicável. Pelo contrário, o futebol é um jogo e possui seus fundamentos e razões. Sun Tzu, em seu famoso tratado sobre a Guerra, afirmava que um exército vence a batalha não pelas suas qualidades excessivas, mas pelos erros do adversário. A Alemanha não venceu o Brasil por ser um time fantástico. Ele é minimamente organizado e sofreu um bocado para chegar à semifinal enfrentando times muito inferiores ao Brasil. Perdemos pelos nossos próprios erros e precisamos, enfim, aprender com eles, para que na Copa de 2018 possamos, enfim, reconstruir um futebol que saiba subordinar a estrela de nossos craques a um esquema tático digno do futebol altamente desenvolvido de nosso tempo e que faça, enfim, brilhar, a sexta estrela em nosso peito.

09/07/2014

## SISTEMAS ELEITORAIS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Não existem sistemas eleitorais perfeitos. Cada um deles tem pontos positivos e negativos e a questão é escolher quais virtudes queremos que prevaleçam. No Brasil, a CF/88, em virtude do sistema presidencialista de governo, escolheu o voto majoritário para a escolha de prefeitos, governadores e Presidente da República e o voto proporcional para a escolha dos parlamentares em todos os níveis (com a exceção do Senado cujo voto é majoritário porque a representatividade é paritária entre todos os Estados da Federação).

O voto proporcional é decorrência lógica da adoção do pluralismo político. Ele favorece a representação plural da sociedade, permitindo às minorias acessarem o parlamento. É um sistema eleitoral que pressiona pela pulverização do poder político por toda a sociedade. Tem defeitos? Talvez o maior deles seja a possibilidade de o eleitor acabar elegendo um candidato que não o seu. Mas é a opção pela representatividade de toda a sociedade (homens e mulheres, brancos e negros, homossexuais e heterossexuais, católicos e evangélicos, liberais e não liberais).

Já o voto majoritário tem a virtude de tornar o candidato mais próximo do eleitor, em cada um dos distritos. Mas, em minha opinião, é prenhe de problemas: a) torna o parlamentar descomprometido com a vida de sua cidade como um todo (em questões de serviços públicos como transporte, educação, saúde, o vereador luta pelo favorecimento do seu distrito e não por um projeto de cidade conglobante); b) restaura os currais eleitorais da República Velha; c) favorece os mais endinheirados (eis que nele apenas um candidato, o mais votado, é escolhido); d) favorece os grandes partidos matando os pequenos e abafando o sistema pluralista (não confunda legenda de aluguel com partido pequeno; a maior legenda de aluguel do Brasil é também uma das maiores agremiações desde o início da Nova República).

Por tudo isso e pela adoção do sistema pluralista na CF/88 é que considero absolutamente inconstitucional a adoção do sistema distrital puro ou misto nas eleições parlamentares com exceção do Senado Federal e, portanto, uma lástima a aprovação pela CCJ do Senado do projeto de Lei do Senador José Serra, do PSDB paulista. Espero que, se aprovado o projeto, o STF declare a sua inconstitucionalidade o mais brevemente possível.

23/04/2015

## HOMENAGEM A CAZUZA

No dia 7 de julho deste ano tivemos 25 anos da morte de Agenor de Miranda Araújo Neto, o Cazuzza, cantor, compositor, poeta, escritor e me permitam, ao seu modo, um pensador brasileiro. Naquela data eu contava com 14 anos e curti intensamente as suas letras, contestadoras, politizadas, cheias de vida e rebeldia. Cursava 8ª série no Colégio Salesiano São Gonçalo, na cidade de Cuiabá-MT, onde passei parte de minha infância e adolescência.

No ano seguinte ingressei no “segundo grau” da Escola Técnica Federal de Mato Grosso, curso de técnico em eletrônica. Lá integraria o grupo de teatro *Ănĩmă*, que já estava montando uma peça chamada “Cazuzazul”, composta de vários monólogos paralelos realizados por atores vestidos de preto, num palco dark, um lindo jogo de luzes e uma sequencia fantástica de composições com trechos das músicas do cantor.

A fascinação só cresceu na medida em que tudo aquilo agora fazia um sentido redobrado na concatenação de um pensamento à frente de seu tempo. Uma vez, entrevistado por Jô Soares, logo após o lançamento do álbum *Ideologia*, Cazuzza se declarou socialista. Ele tinha muita clareza “uma ideologia pra viver” é uma necessidade tão demasiadamente humana como comer, beber e vestir. “Meu partido é o coração partido. E as ilusões, estão todas perdidas. Os meus sonhos, foram todos vendidos, tão barato que eu nem acredito, ah, eu nem acredito. E aquele garoto, que ia mudar o mundo, assiste agora a tudo, em cima do muro. Meus heróis morreram de overdose. Meus inimigos estão no poder. Ideologia, eu quero uma pra viver. Ideologia, pra viver”.

E quem pode viver sem uma? Principalmente nós, brasileiros, tão descrentes da ideologia, da política e das instituições. Que nem percebemos que nossa crítica à política e aos políticos acaba muitas vezes refletindo o nosso próprio egoísmo para com a política. Cazuzza fazia chiste da “inveja” que, no país do jeitinho, as pessoas manifestavam por não ter tido oportunidade de participar disso tudo! “Não me convidaram, pra esta festa pobre, que os homens armaram pra me convencer. A pagar sem ver, toda essa droga, que já vem malhada desde antes de nascer. Não me ofereceram, nem um cigarro. Fiquei na porta estacionando os carros. Não me elegeram, chefe de nada, o meu cartão de crédito é uma navalha. Brasil, mostra tua cara, quero ver quem paga, Pra gente ficar assim, Brasil, qual é o teu negócio? O nome do teu sócio? Confia em mim”.

É, Cazuzza era assim amigo! “Exagerado, jogado aos seus pés eu sou mesmo exagerado, adoro um amor inventado”. Mas os homens à frente do seu tempo precisam ser exagerados, precisam ousar, precisam ser radicais. E ele era assim, ainda mais quando descobriu que estava morrendo. “Vida louca vida, vida breve, já que eu não posso te levar, quero que você me leve. Vida louca, vida, vida imensa. Ninguém vai nos perdoar, nosso crime não compensa. Tô cansado de tanta caretice, tanta babaquice, dessa eterna falta do que falar”.

É amigo, o tempo não pára... “Disparo contra o sol, sou forte sou por acaso, minha metralhadora cheia de mágoas, eu sou um cara. Cansado de correr na direção contrária, sem pódio de chegada ou beijo de namorada, eu sou mais um cara. Mas se você achar que estou derrotado, saiba que ainda estão rolando os dados, porque o tempo, o tempo não pára. Dias sim, dias não, eu vou vivendo sem um arranhão, da caridade de quem me destesta. A tua piscina tá cheia de ratos, tuas ideias não correspondem aos fatos, o tempo não pára. Eu vejo o futuro repetir o passado, eu vejo um museu de grandes novidades. O tempo não pára. Eu não tenho data pra comemorar, às vezes os meus dias são de par em par, procurando uma agulha num palheiro. Nas noites de frio é

melhor nem nascer, nas de calor, se escolhe, é matar ou morrer. E assim nos tornamos, brasileiros. Te chamam de ladrão, de bicha, maconheiro Transformam o país inteiro num puteiro, pois assim se ganha mais dinheiro”.

É sim senhor, para quem veio para “cagar nas regras da vida” deveria ser muito decepcionante olhar ao seu lado: “Vamos pedir piedade. Senhor piedade, pra essa gente careta e covarde. Vamos pedir piedade, senhor piedade, lhes dê grandeza e um pouco de coragem”. Realmente, a essa altura, Cazuzza já havia rasgado toda a hipocrisia. Não estava nem aí. Queria trazer boas novas: “Senhoras e senhores, trago boas novas: eu vi a cara da morte e ela estava viva. Eu vi a cara da morte e ela estava viva - viva!”. Sentia-se já uma cobaia de Deus: “Se você quer saber como eu me sinto. Vá a um laboratório ou um labirinto. Seja atropelado por esse trem da morte. Vá ver as cobaias de Deus. Andando na rua pedindo perdão. Vá a uma igreja qualquer. Pois lá se desfazem em sermão. Me sinto uma cobaia, um rato enorme. Nas mãos de Deus mulher. De um Deus de saia. Cagando e andando. Vou ver o ET. Ouvir um cantor de blues. Em outra encarnação. Nós, as cobaias de Deus. Nós somos cobaias de Deus”.

Naquela época, realmente, a sua doença trazia desesperança. Mas mesmo nesse momento, Cazuzza nunca deixou de polemizar, de apontar caminhos e de dizer o que ele pensava sobre o mundo, sobre a sociedade e todas as suas convenções. Chegou até mesmo a pregar uma revolução tardia quando cantou: “A burguesia fede. A burguesia quer ficar rica. Enquanto houver burguesia. Não vai haver poesia. A burguesia não tem charme nem é discreta. Com suas perucas de cabelos de boneca. A burguesia quer ser sócia do Country. A burguesia quer ir a New York fazer compras. Pobre de mim que vim do seio da burguesia. Sou rico, mas não sou mesquinho. Eu também cheiro mal. Eu também cheiro mal. São caboclos querendo ser ingleses. A burguesia não repara na dor. Da vendedora de chicletes. A burguesia só olha pra si, a burguesia só olha pra si. A burguesia é a direita, é a guerra! As pessoas vão ver que estão sendo roubadas. Vai haver uma revolução, ao contrário da de 64. Vamos pegar o dinheiro roubado da burguesia. Vamos pra rua! Vamos pra rua!”.

Concorde ou não com as ideias de Cazuzza, ele marcou uma geração num momento em que o país transitava para a Democracia depois de longos anos de ditadura militar. Uma época onde caía o Muro de Berlim e a URSS se desmanchava abrindo caminho a uma unipolarização mundial em torno dos EUA. Não podia pensar diferente, não podia ser diferente. Só podia ser o Cazuzza radical que conhecemos. O Cazuzza que escolheu detonar com todas as ilusões e dizer o que pensava, o que sentia. Infelizmente, o futuro não seria mais dos radicais. Parece ter sido das amenidades, das conciliações, das grandes acomodações. É o espírito de nosso tempo, um tempo de profundo estranhamento! Mas o fato é que sempre precisaremos de Cazuzzas, daqueles que não se calam, daqueles que tem a coragem de dizer o que precisa ser dito. Ao mais filosófico de todos os nossos cantores contemporâneos, dedico essas linhas de admiração e reconhecimento.

23/06/2015

## O SOCIAL-CAPITALISMO CHINÊS

O desenvolvimento da China hoje é o espelho do que foi a Revolução industrial na Inglaterra e nos EUA do século XIX. É muito interessante ver o impacto psicológico que ela causa até mesmo nos espíritos mais liberais que a criticam. Ou porque são confrontados com o horror do real da constituição de uma sociedade de mercado (aquilo que se quer usufruir sem no entanto precisar conhecer sua origem suja) ou porque negam a um país periférico o direito de seguir os mesmos passos que levam ao desenvolvimento e a uma consequente posição de poder nas relações internacionais.

No caso do Brasil, a grande pauta nacional do momento é a falta de crescimento. Aqui existem dois modelos a seguir. O primeiro é o da liberalização ampla da economia, da desregulação do Estado e da abolição de direitos fundamentais. Confesso: do ponto de vista do estrito crescimento econômico é o mais eficiente para fazer crescer uma nação. Mas o custo social dele é terrível. Outro modelo é o que escolhemos trilhar na Constituição de 1988. Também confesso: do ponto de vista do crescimento é o mais difícil. Mas o mais eficaz, seguro e garantista em longo prazo. Aqui, não há verdadeiro ou falso. Há escolha, decisão, tomada de partido diante da realidade!

10/12/2015

## DESENVOLVIMENTO E DIREITOS FUNDAMENTAIS: RETOMANDO AGENDAS POSITIVAS

Assim que a crise política dê seus primeiros sinais de arrefecimento, governo e sociedade precisarão repactuar um novo projeto de desenvolvimento nacional. A retomada de agendas positivas indutoras de desenvolvimento humano, social e infraestrutural é estratégica para a retomada do crescimento econômico, do aperfeiçoamento da democracia com participação popular e da efetivação do sistema de direitos fundamentais civis e sociais previstos na Constituição de 1988.

Defendi em meu livro “Capitalista Coletivo Ideal: O Estado, o Mercado e o Projeto de Desenvolvimento na Constituição de 1988” (Editora Lumen Juris), que existem direitos fundamentais “meio” e direitos fundamentais “fim”. O amplo espectro das liberdades civis compõem os “fins” do sistema enquanto o amplo espectro dos mecanismos de igualdade, incorporados nos direitos sociais predispõem “meios” necessários à ampliação dos direitos subjetivos. Igualdade e liberdade caminham juntas na construção de uma sociedade melhor e não haverá liberdade (para todos e todas) sem que o Estado cumpra seu papel de garantir uma plataforma mínima de desenvolvimento das aptidões individuais de cada cidadão e cidadã.

O Desenvolvimento é o mais global “direito meio” de uma sociedade. Sem desenvolvimento multidimensional (econômico, político e social) não é possível a uma nação como a brasileira, com 200 milhões de habitantes, superar disparidades internas (fome, miséria, favelização, desemprego, abandono, desigualdades sociais e regionais) e vulnerabilidades externas (subdesenvolvimento, dependência, fuga de capitais, posição subordinada nas relações internacionais) garantindo a ampliação das liberdades e superação da estrutura social e política arcaica e assimétrica que ainda hoje mantém um sistema social classista, racial, patriarcal, machista e homofóbico.

Projetos de desenvolvimento não são, portanto, somente econômicos. Não buscam apenas fomentar o consumo (aquecimento da demanda). Devem atingir pontos de estrangulamento da sociedade planejando um futuro melhor. E na atual quadra histórica, é papel do Estado fomentar o aquecimento da oferta de bens de alto valor agregado em tecnologia, o que pressupõe investimento forte em recuperação da indústria brasileira de ponta (cuja participação na composição do PIB tem decaído dramaticamente nos últimos decênios); planejar o aperfeiçoamento de nossas instituições democráticas, que dão sinais claros de esgotamento numa profunda crise institucional; garantir condições financeiras para a ampliação do sistema de direitos fundamentais (principalmente em saúde, previdência e educação) e enfim, pautar programas de incentivo às liberdades que possam superar de uma vez por todas os profundos preconceitos que ainda presidem o lado negativo da cultura brasileira.

Enfim, pensar o desenvolvimento é pensar em termos de economia política dos direitos fundamentais. É pensar levando em conta o todo e não somente as partes que o compõem. É pensar como gestor comprometido com o futuro. É pensar a efetivação dos direitos fundamentais em seu aspecto global, já que o Judiciário atua preponderantemente nos casos concretos e individuais. É pensar que a Constituição de 1988 ainda pode nos dar elementos para um pacto em torno de um futuro promissor. É pensar que as liberdades civis e a ampliação dos direitos subjetivos só serão possíveis diante da construção de um projeto avançado de nação. Texto e contexto de uma realidade onde todos os seus elementos estão irremediavelmente interligados e que demandam, neste momento, responsabilidade para a construção de um justo meio, de um consenso mínimo entre forças políticas comprometidas com o avanço social.

## A CONJUNTURA INTERNACIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: UMA ONDA PROGRESSISTA NOS EUA?

A eleição do presidente Barack Obama em 2008 abriu um ciclo progressista nos EUA, não somente com o simbolismo de um negro assumindo pela primeira vez a presidência do país mais poderoso do mundo, mas possibilitando uma série de reformas, consumadas ou tentadas, que arejaram a face da controvertida nação imperialista das Américas.

Seu antecessor, George W. Bush (2001-2009) ganhara as eleições do democrata Al Gore de maneira polêmica quando a Suprema Corte dos EUA, de maioria republicana, julgou inconstitucional (5x4) a recontagem dos votos da Flórida, que dava a vitória a Bush por uma muito pequena margem de votos, embora todas as pesquisas de boca de urna apontassem a vitória do adversário. Isso possibilitou a Bush contar com 25 delegados a mais, o que lhe concedeu evidente vantagem no Colégio Eleitoral (sempre bom lembrar que as eleições nos EUA são indiretas).

Assim, Gore, embora contasse com 48,4% dos votos populares em todo o país sobre 47,9% de Bush, perdeu as eleições no Colégio Eleitoral por 271 votos a 266, o que, à época, foi denunciado por analistas políticos de todo mundo como um golpe de Estado patrocinado pelo Judiciário estadunidense.

Deslegitimado, Bush assumiria a presidência, dando demonstrações públicas de carregá-la como um fardo, cujo alívio era efetivado através de constantes retiros do presidente em suas fazendas no Texas, onde podia caçar e descansar com correligionários e familiares.

Os ataques às Torres Gêmeas do World Trade Center, em 2001 mudariam repentinamente esse cenário, possibilitando ao presidente “cowboy” concentrar poderes que o levariam a criar aquilo que ficou conhecido como “doutrina Bush”, promovendo, sob o pretexto de uma “guerra global contra o terror” a invasão do Afeganistão e do Iraque, guerras que duraram uma década, a aprovação no Congresso norte-americano do famigerado “Patriot Act”, espécie de AI-5 ianque que autorizou a tortura como método de obtenção de confissões e a suspensão de direitos fundamentais de amplo espectro dos cidadãos norte-americanos, além da criação do Campo de Concentração de Guantánamo e utilização, para esse fim, da velha prisão inglesa de Abu Ghraib, no Iraque.

Foi ainda, no final do seu mandato, que explodiu o descontrole do “subprime”, crise econômica que se alastraria por todo o globo, mas que muitos analistas apontaram como tendo origem em manobras políticas que o governo Bush realizara para beneficiar rentistas, bancos e fundos de investimento, o que alimentou uma gigantesca bolha de capitais fictícios, papéis podres, hipotecas não pagas, gerando turbulências políticas e econômicas cuja intensidade não se conhecia desde a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929.

Esse foi o ambiente negativo que fomentou o nascimento da candidatura progressista de Barack Obama, então senador pelo Illinois, que com o slogan “Yes, we can”, apaixonaria o coração e as mentes não só do povo norte americano, mas de todos os progressistas do mundo, desejosos de que a grande potência do norte pudesse viver tempos melhores.

O governo Obama foi um governo em disputa entre as alas mais progressistas e mais conservadoras no interior do próprio Partido Democrata, prensados externamente pelos congressistas republicanos e pelas necessidades não só da manutenção do poder imperialista dos EUA no mundo, mas também pelos interesses das grandes corporações norte-americanas. Como um governo nunca é o governo

de um homem só, mas o governo do representante de uma força política num contexto objetivamente bem delimitado, poder-se-ia dizer que se tratou de um governo com uma liberdade “situada”.

Na política externa, Obama encerrou as frentes de batalha abertas por Bush, mas não sem antes autorizar bombardeios massivos ao que entendeu ser focos de resistência jihadistas. Encerrou a guerra do Iraque, mas incrementou inicialmente as tropas americanas no Afeganistão, frente de batalha que vem sendo diminuída desde 2013, mas que ainda conta com alguns milhares de soldados na região. Manteve o que chamou de “aliança inquebrantável” dos EUA com Israel, embora tenha desagradado Benjamin Netanyahu ao desautorizá-lo publicamente no caso das construções de habitações israelenses em bairros predominantemente árabes em Jerusalém Oriental, o que atraiu a ira dos conservadores israelenses contra a sua administração. Determinou a eliminação física de Osama Bin Laden. Patrocinou as revoltas na Líbia e na Síria. Foi omissivo com as situações pós-guerra no Oriente Médio, o que pode ter colaborado inclusive para que o Daish se instalasse no vácuo de poder deixado com o abandono político e econômico da região. Não conseguiu angariar forças políticas suficientes para fechar Guantánamo, proposta de sua primeira campanha presidencial. Promoveu ativas políticas de reaproximação com Cuba, trabalhando intensamente para aprovar no Congresso norte-americano o fim do embargo que estrangula o povo cubano há mais de meio século, lhe impondo a “tortura coletiva” mais longa da história.

Na política interna Obama nomeou duas mulheres para a Suprema Corte Americana, valorizando a política de gênero. Assinou decretos garantindo igualdades salariais a várias categorias de trabalhadores. Expandiu o programa estatal de seguro de saúde para mais de 4 milhões de crianças. Revogou medida do governo Bush que limitava o investimento em células tronco embrionárias. Promoveu medidas para limitação de emissão de gases estufa pelas empresas norte-americanas. Assinou a Matthew Shepard and James Byrd, Jr. Hate Crimes Prevention Act, uma medida que expande uma lei federal de 1969 sobre crimes motivados pelo preconceito, incluindo nesta categoria crimes motivados por identidade de gênero, orientação sexual, ou deficiência. Permitiu que gays e lésbicas pudessem servir as Forças Armadas dos EUA. Defendeu o casamento homoafetivo, embora a decisão final favorável tenha vindo pelas mãos da Suprema Corte em 2015. Trabalhou pela limitação do “sagrado” direito estadunidense ao porte ilimitado de armas, sem grande sucesso. Estimulou a economia com um pacote de investimentos superior a 800 bilhões de dólares. Aprovou o Patient Protection and Affordable Care Act, o famoso “Obamacare”, em [2010](#), dando início a um Sistema Único de Saúde público nos EUA, o que foi vigorosamente contestado pelos republicanos não só no Congresso como na Suprema Corte.

Como se vê, permeado por profundas contradições, o saldo do governo Obama, tanto nas políticas internas quanto externas foi positivo, podendo ser considerado, dentro das condições expansionistas norte-americanas e em comparação ao histórico dos governos que lhe antecederam (mesmo o de Bill Clinton), um governo avançado em relação à expansão do respeito aos direitos humanos e fundamentais não só nos EUA, mas em todo o mundo, tendo ganho inclusive um prêmio Nobel da Paz.

A novidade é que as eleições deste ano nos EUA podem aprofundar essas mudanças iniciadas por Obama ou contê-las significativamente. Não digo reprimi-las porque não acredito na hipótese da vitória de um republicano neste momento histórico. Não há clima para a vitória de um republicano, a não ser que aconteça um fato de grandes proporções até a data do pleito, o que poderia mudar a opinião do eleitor médio norte-americano. Embora a candidatura do milionário

conservador Donald Trump venha arregimentando seguidores em quantidade que chegou a assustar os eleitores democratas, não há contexto para uma virada republicana nos EUA.

Aliás, ousado dizer que considero positiva a candidatura do republicano. Donald Trump é dado a grandes fanfarronices. Outros candidatos republicanos mais conservadores disputam o páreo pela vaga do partido no pleito. Ted Cruz e Marco Rubio são considerados mais à direita que Trump, embora mais comedidos e teriam, por isso, mais condições de ocupar o centro do tabuleiro eleitoral (em eleições em países de democracia liberal, quem ocupa o centro do espectro político tem condições maiores de ampliação tanto junto à esquerda quanto à direita) impondo maiores riscos à sucessão democrata.

Nesse contexto, acredito que as eleições serão ganhas por um candidato democrata. Ou seja, a decisão, ao que parece, será tomada nas prévias do partido democrata que se divide entre as candidaturas de Hillary Clinton e Bernie Sanders. A primeira, de viés mais conservador, se localiza à direita do espectro político de Obama, representando velhas oligarquias daquele país. O segundo, de viés mais progressista, considerado por muitos um socialista democrático (o que para os padrões norte-americanos é altamente explosivo), se localiza claramente à esquerda de Obama no espectro político de seu partido.

A eventual vitória de Hillary representaria uma continuidade democrata, mas com menos reformas sociais e com políticas externas mais conservadoras do que as que Obama foi capaz de implementar. Lembre-se que Hillary é esposa do ex-presidente Bill Clinton, democrata bastante controvertido, localizado bem à direita do espectro político do Partido Democrata. A vitória de Hillary, enfim, daria um passo mais conservador rumo ao centro do teatro político norte-americano, podendo, inclusive, colocar em risco, algumas das políticas positivas implementadas por Obama.

Já a vitória de Bernie Sanders promete aprofundar as reformas progressistas internas iniciadas por Obama, mas não concluídas. Promete mudar significativamente as relações internacionais dos EUA frente ao mundo. Seu viés socialista democrático promete levar os EUA a um patamar de discussão jamais vivenciado antes em toda a sua história. Representaria um passo além, aprofundando a onda progressista nos EUA, razão pela qual tem ganho a simpatia de amplos setores jovens estadunidenses.

Inicialmente tido como um candidato sem qualquer chance, Bernie Sanders venceu Hillary Clinton sete vezes consecutivas e vai se firmando, surpreendentemente como concorrente viável neste ano. Conquistou parcelas amplas do eleitorado que desejam mudanças significativas no país e é a chance histórica de os EUA demonstrarem que embarcaram numa onda progressista de transformações mais profundas. Agora, ele disputará com Hillary as primárias do Estado de Nova Iorque. Se vencer, o socialista Sanders será o próximo presidente dos EUA e representará a maior conquista do governo Obama: a abertura de horizontes para um governo ainda mais avançado que o seu.

11 de abril de 2015

## O GOLPE DE ABRIL, A DEMOCRACIA, A SOBERANIA E O DESENVOLVIMENTO

O golpe de Estado travestido de processo “legal” de impeachment que está em curso contra a Presidenta da República legitimamente eleita com 54 milhões de votos tem raízes profundas na história de nossa formação social. Infelizmente, não é difícil identificar a contradição básica que reside na atuação das elites conservadoras que manipulam este “lobo em pele de cordeiro”. Todos os governos populares ou nacionalistas que ousaram interferir nessa lógica de nosso funcionamento foram violentamente contestados pelas elites entreguistas ou seus veículos de poder, como é o caso da mídia.

Entendamos o contexto: o Brasil formou-se desde a colonização em torno de uma contradição básica, a tensão entre interesses da consolidação da nação (pressionando pela independência, pela autonomia, pelo desenvolvimento soberano, pela diversificação tecnológica) e os interesses das nações colonizadoras (pressionando pela dependência, pela subordinação, pela especialização produtiva em torno de produtos de baixo valor agregado). Se o capitalismo europeu se formou sob a lógica capital versus trabalho, a expansão do sistema econômico europeu para o Novo Mundo se operou sob a lógica centro versus periferia.

Essa lógica se revelou, historicamente, numa luta real e encarniçada entre desenvolvimentistas e monetaristas em torno dos destinos da nação brasileira. Entre aqueles que acreditaram que o Estado poderia ser instrumentalizado como um bastião revolucionário de construção da nacionalidade e de quebra de velhos automatismos que perpetuam velhas disparidades internas e vulnerabilidades externas e aqueles que acreditaram que as livres forças de mercado poderiam inserir o país num futuro de modernidade, desde que aceitando a sua posição dependente e subdesenvolvida no Concerto das Nações.

Foi assim que Vargas, no período 1951-1954, adotando uma postura nacionalista e independentista, afirmando o papel estratégico de um “capitalismo nacional”, sofreu ataques violentos das forças comprometidas com a inserção subordinada do Brasil no mundo. Ousou contrapor o poder incontestado de multinacionais, principalmente norte-americanas e por isso sofreu oposição acirrada da UDN, então representante dos interesses estrangeiros no Brasil. O discurso udenista, bem representado na figura do jornalista Carlos Lacerda, jamais revelou seus verdadeiros intentos. Era o discurso do “mar de lama” da corrupção, discurso moralista que se mostrou eficiente para catalisar setores pouco críticos das classes médias formadoras de opinião.

Foi assim que Jango, no período 1961-1964, lutando pela implantação do Plano Trienal (de autoria do gênio Celso Furtado) e de Reformas de Base que iam desde a educação ao sistema eleitoral, da conformação agrária brasileira à diversificação produtiva, chegavam ao cerne da contradição nacional acima apontada com a Lei de Controle da Remessa de Capitais, buscando garantir um desenvolvimento soberano de moldes nacionais, como sonhara Vargas 10 anos antes. Foi duramente atacado pelos velhos udenistas de plantão, ainda liderados por Lacerda e seus sequazes, sendo deposto por militares que instaurariam um regime de exceção que duraria 21 longos anos, deixando um rastro de morte, tortura e entreguismo. O primeiro ato desse governo: o AI-1. O segundo ato desse governo: a revogação da Lei de Remessa de Lucros, sancionada por Goulart.

Restaurada a normalidade institucional no Brasil, as contradições acima apontadas seriam aprofundadas. O avanço do neoliberalismo levaria ao aperfeiçoamento do processo de subordinação da nação brasileira. Os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso dariam

o start para os processos de liberalização da economia brasileira, finalmente realizando o velho sonho udenista que no passado demandava a quartelada.

A presidência de Luis Inácio Lula da Silva representou uma mudança radical desse paradigma. A afirmação de um Brasil democrático e soberano (está fora de cogitação nos limites desse artigo elencar todos os atos que Lula realizou para o avanço da inserção soberana do Brasil nas relações internacionais, os atos internos de valorização de nossa economia e os profundos programas sociais que retiraram milhões da linha da pobreza e a reafirmação cotidiana das liberdades individuais) sofreu contestação diuturna dos velhos udenistas de plantão, agora travestidos de Democratas e Socialdemocratas. O discurso: o velho “mar de lama” da corrupção foi mais uma vez instrumentalizado por uma mídia venal e entreguista.

Dilma representa a continuação do governo anterior, de reafirmação da soberania e do desenvolvimento nacional. Colocou o Estado a serviço da realização de políticas públicas de afirmação soberana. Garantiu a republicanização das instituições nacionais, permitindo inclusive que forças políticas oposicionistas ocupassem parcelas burocráticas do Estado, preparando, por dentro, o golpe que agora está em curso. Sua fraqueza se revelou em sua fortaleza: mulher incorruptível, de uma vida sem qualquer mácula, dura contra todo tipo de malfeito, desagradou profundamente setores que não encontraram respaldo para continuar em seus desmandos. E agora está sendo atacada com o mesmo discurso do “mar de lama” que já se tornou um patrimônio dos golpistas brasileiros de plantão.

Mudam os atores e atrizes. Permanecem os mesmos enredos. Porque a peça foi escrita sob um script que ainda não foi mudado. E que os verdadeiros democratas brasileiros devem assumir como sua tarefa enfrentar. Esse é o nosso papel: a afirmação da legalidade democrática, da soberania nacional e do desenvolvimento autônomo, previstos exemplarmente no projeto de afirmação nacional presente na Constituição de 1988. É essa afirmação radical e sem concessões da democracia e da legalidade que assusta aqueles que se acostumaram a ver o Estado brasileiro servir às elites desde a colonização. É essa afirmação que assusta aqueles que se espantam com um Estado redistributivo que finalmente insere o povo como agente de sua própria história, como detentor real da soberania. É essa legalidade que as elites se acostumaram a violar todas as vezes que seus interesses são colocados em risco.

Não há espaços para meias palavras. Não há espaço para neutralidades. A história apontará com o dedo em riste para aqueles que se posicionaram a favor do Golpe de Abril e que mais uma vez colaboraram para manter íntegra a velha lógica centro-periférica da qual ainda não conseguimos nos livrar, rumo à construção de uma nação politicamente soberana, socialmente justa, regionalmente equilibrada, economicamente desenvolvida e humanamente emancipada.

Florianópolis, 17 de abril de 2015.

## TERROR

*(homenagem às vítimas de Paris)*

Terror, palavra dura  
Para significar a dor...  
Dor inocente, dor indolente  
Dor cúmplice  
Mas simplesmente  
Dor!  
Que rasga a carne  
Mói a alma  
Embaralha  
Confunde  
Imediatiza  
A dor!  
Dor que eu sofro  
Obnubila a dor  
Do outro  
Atormentado  
Por séculos de opressão  
De ingratidão  
De solidão  
De exclusão!  
Ah! Seletividade perversa da dor  
Separa vítimas de vitimados...  
Possibilitando ao largo da guerra de fato  
Das operações que formam esse teatro  
Uma divisão dos casos  
Perversa distribuição  
Na geopolítica do sofrimento  
Ah! A dor...  
Sintámo-la...  
Na carne do outro!

13 de novembro de 2015 (Belo Horizonte)

## GEOPOLÍTICAS

A arte, o sensível, a última fronteira geopolítica da alma!

Florianópolis, 01/02/2015

## A CAMUS (JOÃO PESSOA, 01/10/2015)

Hoje acordei estranho,  
Melancólico, aéreo, eufórico  
Na tela do meu computador vejo caracteres que caem numa chuva de meteoros  
E estrelas cadentes  
cortantes  
Penso na vida e como ela foi até agora  
breve...  
Rasgo convicções profundas e as reencontro  
...talvez  
Concluo que torturei, matei, trucei muitos deuses  
Não se pode trocar um Deus por outro sem antes matá-los a todos  
Uma droga não pode ser abandonada senão por...  
outra  
que fiz de mim então?  
Eu que pensava estar liberto  
Descubro que aprofundei os meus sentidos  
Meus mitos  
Meus ritos  
Meus símbolos  
Meus, meus, meus...  
Mas, meus  
Daí finco um libelo  
Faço do meu peito um duelo, sequestro  
Palavras que antes não podiam ser ditas  
Reais que se fazem realidades  
Símbolos que significam o mundo ao meu redor  
E aí se faz a Luz...  
Muita luz que escurece os sentidos para então  
Tudo se tornar claro, clarissimamente a apertar o peito  
Mas fazendo sentido, agora  
Agora  
Mais que antes,  
Angústia  
Mas liberdade.  
Eis o meu sumário de culpa  
Eis a minha nova prisão  
Livre de qualquer deus, de qualquer pai, de qualquer autoridade  
Livre para ser o que quiser  
E a televisão deixar é claro  
Sartre empalidece... mas por pouco tempo,  
Denuncio minha alma

Submeto-a a um verdadeiro processo inquisitorial

Acuso

Acuso

Acuso

J'acuse!

Mas nele não se acusa, se extorque a vontade e a alma

Mas sou o réu! O réu de mim mesmo...

Acordo desse sonho

ACORDA! ACORDA! A corda...

## A HISTÓRIA (JOÃO PESSOA, 01/10/2015)

Moral, humanidade, sentimentos?  
Dignidade, afeto, respeito?  
Paixão, amor, ódio, desprezo?  
Foram os Direitos do humano coração sujeito?  
E não foi o *metal* o grande elo  
Entre o passado e o futuro?  
A grande determinante de tudo?  
O comércio das nações civilizadas?  
Armas, conquistas, partidas  
Bandeiras, canhoneiras, lanceiras  
Corpos, sangue, lágrimas...  
O poder tudo determina  
O ser humano, amigo, é um paradoxo...  
Complexo,  
disléxico,  
perigoso...

## A LINGUAGEM (JOÃO PESSOA 01/10/2015)

No início era o ponto  
e se fez o desponto  
fonema...  
a consoante, a vogal, concatenação, sílaba, palavra  
o símbolo o significante, o artigo definido  
entre simbolizados e significados, vejo sombras, sujeitos indefinidos...  
malditos, polidos, sentidos  
perdidos...  
E se fez o sujeito, mau jeito  
e ele era bom...  
Bom? Mau sujeito, verbo-predicado  
Pensado?  
Sujeitado...  
Querido?  
Urdido...  
Liberto?  
Confesso...  
A + M + O + R = uma estrutura simbólica sempre atacada  
Mas estruturas podem ser atacadas?  
Abaladas?  
Suprimidas?  
Sentidas.  
E se fez a família...  
Lévi-Strauss disse, o significante é mais importante que o significado  
E se fez a cultura... culturas,  
Mitos, ritos...  
Maldade!  
A realidade tá na tua cabeça,  
Ao menos o modelo, descrença!  
Inconsciente que me domina...  
Exatamente na ponta da língua,  
Ferina  
E que se faça a luz...  
Discurso, mau uso, difuso, conjunto  
Tudo é poder nessa vida, *querido!*

## **PATRIOTISMO**

A minha pátria são as minhas paixões

Florianópolis, 10/12/2015

## RIMA (FLORIANÓPOLIS, 29/10/2015)

A rima rima?  
Rima com o quê?  
Com o que combina?  
Rima com Rita,  
Rita com linda  
Linda com Cássia,  
casa com música clássica  
Clássica com Flávia,  
Flávia com praia  
prata com Riva  
Riva com pipa  
pipa com Vida  
Vida com cachaça  
Cachaça com Chica  
Chica e margarida...  
Formando lindo par  
... A rima só não rima,  
com crise...  
econômica, política  
Não rima com golpe de estado...  
Não rima com a jurisprudência,  
Putá  
Pintada, emperiquitada, interessada  
Do tribunal de contas,  
Burocrata...  
Da união federativa do Brasil!

## ESQUADRINHAMENTOS (CHAPECÓ, 23 DE OUTUBRO DE 2015)

A vida não pode ser esquadrihada  
Tentativa, louca, desvairada  
De prender a liberdade  
Com as mãos  
Ilusão!

**AK-47 (FLORIANÓPOLIS, 01/11/2015)**

A bomba de Hiroshima feriu a poesia  
Antes dela, o campo de concentração, os banimentos forçados,  
Os refugiados sem nacionalidade, o holocausto, é verdade.  
Espezinhada, maltratada e sem maquiagem, foi enterrada  
Numa cova rasa sem qualquer identificação.  
Mas esse não foi o maior crime cometido contra a rima.  
Porque não se contentaram com a sua morte  
A morte é coisa banal que se lega para os vivos,  
E que fica no esquecimento da memória de quem se foi  
Ela precisava *viver* para poder ser mais uma vez fustigada,  
Cutucada, torturada  
Porque morrer não é coisa banal,  
E se sente na carne, na alma e no coração!  
Não se deixa para ninguém.  
Então veio o imperialismo, o agente laranja, o golpe de Estado,  
A ditadura, o consumo em massa,  
*O american way of life!*  
Pobre poesia, reviver para passar por tudo isso de novo!  
Nós homens deveríamos nos compadecer de sua triste sina,  
Que ter um pouco de piedade da rima,  
Poderia ser muito humano.  
Toda poesia está morta  
Liquefeita, desfeita, desmoralizada  
Refugiada e envergonhada com o seu próprio fado  
E a maior redenção que se pode lhe imputar  
É a ressurreição,  
Todo dia, toda hora, todo instante  
Tão necessária para que nós,  
continuemos a ter  
Alguma esperança no seu devir  
O devir da própria poesia!

## CARTESIANAS (FLORIANÓPOLIS, 29/10/2015)

Ajo, logo falo,  
Falo, longo penso  
Penso, logo falo, ajo, penso,  
Volto a agir, embora haja...  
Agir, pensar, falar,  
Tornar-se humano  
Passageiro, provisório  
da matéria orgânica  
Efêmero,  
Fugaz...  
A razão não é capaz de conter a erupção da vida  
Mas é ela o doce recôndito do pensamento  
Onde me refugio em mim mesmo  
E me descubro como sujeito,  
Sentimento,  
Desejo,  
Mal-tempo...  
Descubro que o homem,  
E a mulher que ama  
Não são feitos apenas disso  
Rir, chorar, desejar, amar...  
Viajar, acariciar, apreciar,  
Odiar, revoltar, gritar, silenciar...  
Maravilhar, urdir, tramar  
É a matéria prima da vida.

## CONSUMO (CHAPECÓ, 16/10/2015)

A vida walmartizada encontra respaldo na

SOLIDÃO

Doce

CONSENSO

Amargo

LAMENTO

Louco

DESEJO...

Comprar, consumir, desejar

Matar, lamentar...

O pecado capital do momento

Urdido

Tramado

Enraizado no louco

SENTIMENTO

## COTIDIANO (FLORIANÓPOLIS, 17/10/2015)

Acordo em múltiplas  
lentes,  
Discordo em múltiplas  
doses,  
Suporto em múltiplas  
poses,  
Lamento em variadas  
dores  
A vida em múltiplas  
cores...

## **PESADELO (FLORIANÓPOLIS, 15 DE OUTUBRO DE 2015)**

Em meio à noite, enauseado de  
mentiras  
Suporto o sonho, projeções  
Fantasia...

## ESTRUTURALISMOS (GUARULHOS, 03/10/2015)

Rei, Rei, Rei,  
Arte da guerra  
Sentido tupinambá do tempo  
Reinado, Regência  
Dos enunciados,  
A ciência que se faz concreta, que se faz verdadeira  
E sustenta os postulados  
Hei, Hei, Hei,  
Amén, Amén, Amén, *Emunah!*  
É o signo da autoridade  
Etnologia...  
Manda quem pode, obedece quem não tem alternativa...  
Regime de verdade, paradigma, modo de produção...  
Tudo que pode tornar verdadeiro  
Fazer do outro o nada,  
Tudo que justifica e tem razão  
O capital?  
Razão? *Ratio?*  
Hei, Hei, Hei,  
Emoção, desejo...  
A única razão é o poder, a tática, a estratégia  
A vida não tem sentido, ela não é um fonema concatenado...  
Não é uma sucessão de signos,  
Mas também é a língua que lambe nosso desejo e torna a historia inteligível  
E-n-t-e-d-i-o-s-a-v-i-d-a...  
Hei, Hei, Hei  
Guerra, emoção repetida  
*Emunah!*  
O significante da vida é a guerra, a luta...  
... o movimento,  
...Xeque mate.

## IDEOLOMÍDIAS (GUARULHOS, 03/10/2015)

Mentira, ilusão, falsidade

Intriga, sujeição, maldade...

A realidade de ponta cabeça.

Ideias maltrapilhas e malfadadas

Ao insucesso da vida...

Miopia da alma ou,

alma da miopia pingada, contada, cotidiana?

Problema: quem fala a verdade?

Quem diz a mentira?

Relatividade absoluta.

Quem é o sujeito que regurgita a história?

E se não fosse falseamento?

Átomos, elétrons, interpretações quânticas, buracos negros, Big Bang, realidades paralelas...

Simulacros, simulações...

Fundando uma nova realidade

A realidade do ser aí

...que, no mundo, é efetividade pronta e acabada

Servida na bandeja da minha dose de consumo cotidiano.

Realidade do espírito,

Realidade da matéria,

Realidade do sentimento, da raiva, do ódio, da paixão?

Ei-la: construindo o caminho de sonhos por que passo

O caminho da vida, c o n c r e t a m e n t e . . . . .

O caminho da minha dose cotidiana de afeto, ilusão

Aceitação!

E se a ferida não fosse a mentira? E se a dor não fosse a falsidade,

E SE O PROBLEMA NÃO FOSSE ELA?

mas a própria VERDADE

que me vendem

que me impõem

no aquário multicolor da ilusão?

P E R P L E X I D A D E !

## LE PENSÉE SAUVAGE (FLORIANÓPOLIS, 05/10/2015)

Armas, poder, soberania  
Letras, discurso, poesia  
Poder saber do velho mundo  
Projetado pelo estopim de um canhão  
Piedade recolhida,  
No pensamento de uma abstração!  
O pensamento filosófico.  
Caravelas ao novo mundo  
Oferecendo uma nova...  
Religião  
Homens, padres, mas homens  
Soldados, párias, mas homens  
Homens, seres menos seres  
Índios, índios, menos índios...  
Pensamento abstrato, elaborado.

## MULHER (FLORIANÓPOLIS 10/11/2015)

Eu, que estou sendo, sendo sem sê-lo...  
Todos os dias da vida  
Me construindo como,  
Mulher  
Que me penso  
Que me escrevo  
Que me verso  
Que me rimo!  
Sou eu sim! A mulher...  
Sexo fêmea, gênero mulher!  
Sexualidade liberdade!  
Sem constrangimentos, sem preconceitos,  
Construo a minha essência, como caminho,  
Como história, como encruzilhada...  
Opções produzem perdas  
Mas, geram sonhos  
Na violência cotidiana do medo  
Da mulher  
Pela mulher  
Contra a mulher...  
Mulher! Depravada! Palavra perigosa, perturbadora  
Heresia!  
Histeria, medo do útero...  
Que vai na cabeça, nas ideias  
Nas promessas...  
Tormenta interna que faz nascer o dia  
e dá à luz da manhã...  
Que provoca paixões  
Que enlouquece, que ri, que entorpece  
Mas faz pensar,  
O diferente...  
A Mulher!  
Sou eu a mãe, a irmã, a amiga, a colega, a namorada,  
Antes a advogada, a médica, a dona de casa...  
Mas antes de tudo, a política, a visionária  
A astronauta  
Que sonha e toca as estrelas  
Com os olhos, com os sentidos  
Com a razão...  
Eu sou a mulher que liberta  
Que maneja a espada, a caneta,

A bandeira, a flauta,  
Que rasga o peito  
Pela liberdade dos seus  
Princípios...  
Sou eu, mesmíssimamente eu,  
Rosa Parks  
Joana D'Arc, Maria Quitéria...  
Rosa Luxemburgo, Maud Wagner,  
Marina Ginesta...  
Nossa Senhora, Annette Kellerman,  
Cleópatra...  
Annie Lumpkins, Anne Fischer, Jeanne Manford,  
Simone de Beauvoir...  
Anita Garibaldi, Marie Curie, Nise Silveira,  
Themistoclea...  
Leila Diniz, Carmen Miranda,  
Raquel de Queirós,  
Clarice Lispector...  
Chiquinha Gonzaga, Olga Benário, Cora Coralina,  
Zilda Arns,  
Maria da Penha...  
Bertha Lutz, Nísia Floresta, Irmã Dulce...  
E por que não simplesmente, Dilmás, Marias, Fernandas?  
Adrianas, Samantas, Polianas?  
Renatas, Biancas, Gabrielas?  
Anas, Patrícias, Danielas?  
Simplesmente elas?  
Sem sobrenome,  
Mas com carta de alforria...  
Gravada na testa da liberdade?  
Eu que sou elas,  
Todas elas, e mais elas  
Levemente delas,  
Diante delas e do mundo,  
Penso e repenso,  
Digo e redigo,  
Falo contigo  
Grito!  
Um risco de liberdade  
Um grito de esperança!

## NOITE (BELO HORIZONTE, 15 NOV. 2015)

Um sonho  
É ela, veio me visitar  
A morte!  
Pequena garota, translúcida  
gaiola de vidro  
Acordo  
Lívido  
Alívio?  
Calafrio!

## O ABSOLUTO (CHAPECÓ, 23 OUT, 2015)

Estou farto de imperativos,  
Absolutismos, automatismos...  
Cadeias de almas, de sorrisos e expressões  
Quebrar as prisões porque não é  
Humano  
Querer permanecer preso  
Pelas algemas que ateiam os corações  
no cemitério lúgubre, seco, das paixões!  
A matemática não é capaz de conter  
A vida...  
Fórmulas, conceitos,  
Preceitos...  
Mal-feitos  
direito natural à resistência  
Residência da mente  
Que mente  
Lamento  
Desvelamento  
O passado que ficou  
Para trás  
Verdade!  
E carregou consigo  
Todas as tradições, caducas,  
Velhas, malucas, eunucas  
... mortas  
Apodrecidas  
discurso do ódio sem causa  
Desgosto!  
O céu é infinito  
A vida é aberta  
A história é aberta  
a.v.i.d.a.  
Á v i d a l i b e r d a d e  
De prazer  
De tecer  
As malhas da diferença  
Da loucura cotidiana de estar vivo  
Sentindo  
Zunindo  
Seguindo  
Até a solidão infinita

Que acalma toda pretensão

Toda ilusão, paixão

Partido

Prescrito

Proscrito

Maldito

Infinito gemido!

Enfim...

## LIBERDADE (FLORIANÓPOLIS, OUTUBRO DE 2015)

O exercício mais difícil da alma,  
É  
A liberdade  
t e r r e m o t o  
barroca catedral,  
onde se amasiam sentimentos  
esquizofrenias,  
conceitos  
totalitarismos,  
preceitos  
Deuses,  
autoritarismos  
demônios  
medo!  
verdades cristalizadas que cegam  
cagam  
pelam  
escalpelam e  
traem...  
o mais sábio dos mortais  
e que, com a morte,  
deixar de ser,  
se desfazem  
fragmentando  
todos os sentimentos,  
conceitos,  
preceitos,  
verdades,  
Um pó!  
Uma história!  
Um passado!  
Um esquecimento...  
O sentir, o aqui, o agora,  
uma concessão  
Um punhado de paixão  
a Coragem de não mentir para si mesmo  
de permitir o humano coração  
e as arrebatadas emoções  
diluir todos os conceitos  
aceitar as dimensões

e as possibilidades da humana razão  
É  
Um grito de liberdade...

## O SER E O NADA (FLORIANÓPOLIS, 01/11/2015)

Tudo começa com o poder,  
mas pode terminar em liberdade,  
Tudo começa com o limite,  
mas pode abrir o caminho para os céus...  
Pode começar, inclusive, com a violência,  
Mas terminar em carinho...  
Tudo pode começar com a disciplina,  
mas pode terminar em sujeitos  
Tudo pode começar com o pesadelo  
Mas acabar em sonhos  
Pode, até mesmo, iniciar comigo,  
e terminar contigo  
Pode começar em prosa  
E ser obrigado a concluir em rima  
Pode iniciar em discurso  
Forçosamente terminar em música  
Pode começar em silêncio  
e terminar num retórico olhar  
pode começar em vergonha  
e terminar na doçura de um beijo  
pode começar com o nada  
e se tornar um tudo...  
Explicando que a vida, não é uma separação,  
um divórcio,  
uma exclusão  
Mas uma união daqueles,  
que se odeiam e se amam  
na ambivalência de uma constante  
torrencial  
paixão...

## **SOBRE UM TRECHO DE MARX (CHAPECÓ, 16/10/2015)**

A crítica arrancou as flores do meu jardim  
A crítica manobrou a cólera que há em mim  
A crítica dobrou a potência da ação que jorra enfim  
Não para que eu visse o mundo sem flores  
Não para que eu morresse na solidão  
Não para que eu sentisse  
a crueza cruenta da vida  
Fez tudo isso, assim,  
Simples  
Singelamente  
Como toque de seda  
em meu rosto  
Para que eu visse  
que não tinha um jardim...  
Portanto,  
**ACORDA! ESPANTA!**  
**VÊ TUA CADEIA**  
**AFASTA ESSA TEIA**  
**ACEITA A PELEIA**  
Age e apanha a flor viva!

## SUBJETIVAS (CHAPECÓ, 16/10/2015)

Aprisiono meus sentimentos

Fadados lamentos

Surdos consensos

Numa Estrada de solidão.